

Externalidades Negativas da Atividade Turística em Lisboa

Bárbara Costa Borges

Dissertação para obtenção de grau mestre em

Engenharia e Gestão Industrial

Orientador: Prof. João Agostinho de Oliveira Soares

Júri

Presidente: Prof. Rui Miguel Loureiro Nobre Baptista

Orientador: Prof. João Agostinho de Oliveira Soares

Vogal: Prof. Ana Catarina Pagarim Ribeiro Kaizeler

Janeiro 2021

RESUMO

A atividade turística tem vindo a crescer exponencialmente, em Portugal, desde 2012 (INE, 2019a). Embora muitos estudos se foquem nos aspetos positivos deste crescimento e nos benefícios que este apresenta, é igualmente importante estudar o outro lado desta questão, para compreender plenamente o impacto desta atividade numa determinada região ou país. O aumento da atividade turística pode representar consequências negativas para a população local, especialmente sem a aplicação de medidas sustentáveis, tornando necessário analisar e compreender estes aspetos negativos. Posto isto, o objetivo desta dissertação é estudar as externalidades negativas, em particular na cidade de Lisboa.

Para analisar esta questão, este estudo começa por reunir e dividir essas externalidades em diferentes categorias, tais como sociodemográficas, político-económicas e físico-ecológicas em que, cada uma delas será medida por indicadores adequados e previamente selecionado com relevância na cidade de Lisboa.

No início desta dissertação são ainda descritas algumas das teorias, métodos e factos relevantes para uma melhor compreensão do impacto negativo do turismo.

Numa segunda parte, os indicadores previamente selecionados são estudados e analisados. Analisam-se valores, estimativas e apresentam-se alguns exemplos de cidades estrangeiras com níveis de turismo semelhantes aos da cidade de Lisboa.

E assim, é possível concluir que Lisboa necessita de definir um plano de ação com vista a sustentabilidade do setor turístico, para assim usufruir de todos os seus benefícios e mitigar o lado negativos a ele associado.

Palavras-chave: Lisboa; externalidades; indicadores; sustentabilidade; turismo

ABSTRACT

Tourism activity has been growing exponentially in Portugal since 2012 (INE, 2019a). Although many studies focus on the positive aspects of this growth and its benefits, it is equally important to study the other side of this issue in order to fully understand the impact of this activity in a given region or country. The increase in tourism activity may have negative consequences for the local population, especially without the implementation of sustainable measures, making it necessary to analyze and understand these negative aspects. That said, the aim of this dissertation is to study the negative externalities, particularly in the city of Lisbon.

To analyze this issue, this study starts by gathering and dividing these externalities into different categories, such as socio-demographic, political-economic and physical-ecological in which, each one will be measured by appropriate indicators previously selected with relevance in the city of Lisbon.

At the beginning of this dissertation some of the theories, methods and facts relevant to a better understanding of the negative impact of tourism are also described.

In a second part, the previously selected indicators are studied and analyzed. Values, estimates and some examples of foreign cities with similar levels of tourism to the city of Lisbon are analysed.

Thus, it is possible to conclude that Lisbon needs to define an action plan for the sustainability of the tourism sector, in order to enjoy all its benefits and mitigate the negative side associated with it.

Keywords: Lisbon; externalities; indicators; sustainability; tourism

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE QUADROS	7
LISTA DE ABREVIATURAS.....	8
1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização	9
1.2 Objetivos.....	11
1.3 Estrutura	11
2. REVISÃO da LITERATURA.....	12
2.1 Turismo Global	12
2.2 Externalidades	13
2.3 Indicadores	18
Indicadores relacionados com o Turismo	19
2.4 Residentes e a atividade turística.....	25
2.5 Portugal, Lisboa e o Turismo.....	27
3. METODOLOGIA e FONTES DE DADOS	29
4 DESENVOLVIMENTO do CASO de ESTUDO	30
4.1 Valores de referência do turismo sustentável.....	30
4.2 Indicadores Físico-Ecológicos do Turismo	32
4.2.1 Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Água	32
4.2.2 Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Energia	34
4.2.3 Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz a separação de resíduos.....	35
4.2.4 Emissões de CO2 associadas à atividade turística.....	37
4.3 Indicadores Político-económicos do Turismo	38
4.3.1 Número de dormidas e Taxa de ocupação hoteleira.....	38
4.3.2 Taxa de sazonalidade.....	40
4.3.3 Número de Alojamento Local	41
4.3.4 Preços de imóveis, arrendamento e gentrificação.....	43
4.3.5 Número de Tuk Tuks	46

4.3.6 Taxa turística	48
5. CONCLUSÃO	50
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Crescimento turístico em Lisboa.....	09
Figura 2 -Número de Alojamentos Locais em Lisboa, Barcelona e Paris	10
Figura 3 - Ilustrações da notícia “Turismofobia em Barcelona: grupos radicais atacam turistas”	11
Figura 4 - Representação genérica do Ótimo e do Equilíbrio provenientes de externalidades negativas	13
Figura 5 - Representação genérica do Ótimo e do Equilíbrio provenientes de externalidades positivas	14
Figura 6 - Participações criminais registadas no distrito de Lisboa.....	18
Figura 7- Matriz de consequências de intercâmbio de John Ap	26
Figura 8 - Representação da preparação de uma cidade para lidar com o desenvolvimento turístico.	28
Figura 9 - Tipologia das cidades	29
Figura 10 - Valores de referência do turismo sustentável.....	32
Figura 11 - Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que otimizam o consumo de água em Lisboa	33
Figura 12 - Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Energia em Lisboa	34
Figura 13 - Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz separação de resíduos.....	36
Figura 14 - Quantidade, em toneladas, de resíduos produzidos pelo turismo.....	36
Figura 15 - Emissões de t CO ₂ e por ano no sector turístico	38
Figura 16 - Milhões de dormidas no país	39
Figura 17 - Percentagem de dormidas por país na totalidade do EU-27	39
Figura 18 - Número de Alojamentos Locais e de usuários destes estabelecimentos, anual.....	42
Figura 19 - Imagem ilustrativa dos Alojamentos Locais na Área Metropolitana de Lisboa.....	43
Figura 20 - Preço médio de venda de imóveis.....	44
Figura 21 - Preço médio de arrendamento	45
Figura 22 - Preço médio de m ² para venda de imóveis.....	45
Figura 23 – Preço médio de m ² para arrendamento de imóveis.....	45
Figura 24 – Número de imóveis disponíveis para compra e arrendamento no concelho de Lisboa	46
Figura 25 - Ocupação e emissão de CO ₂ por parte dos Tuk Tuk.....	46
Figura 26 - Taxa turística por turista por noite.....	49

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Externalidades negativas físico-ecológicas do turismo.....	15
Quadro 2 - Externalidades negativas político-económicas do turismo	16
Quadro 3 - Externalidades negativas sociodemográficas do turismo	17
Quadro 4 - Indicadores físico-ecológicos do Turismo	20
Quadro 5 - Indicadores político-económicos do turismo	22
Quadro 6 - Indicadores sociodemográficos.....	24
Quadro 7 - Percentagem de dormidas por tipologia hoteleira.....	40
Quadro 8 - Taxa de Sazonalidade em Lisboa	41

LISTA DE ABREVIATURAS

WTTC - World Travel & Tourism Council

FEM - Fórum económico mundial

INE – Instituto Nacional de Estatística

OMT – Organização Mundial de Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

CE - Comissão Europeia

PNUA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

1. INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo pretende fornecer uma introdução a esta dissertação. Inicia-se com a contextualização do tema, de forma a justificar a importância do estudo do mesmo. Seguindo-se uma segunda parte que contém os objetivos e a estrutura deste documento.

1.1 Contextualização

Nas últimas décadas, o turismo tem vindo a conhecer um acentuado crescimento como atividade económica de expressão mundial. Atualmente, compete ao mesmo nível que as indústrias alimentares, de combustíveis e produtos químicos, devido ao elevado número de pessoas e recursos que movimenta (OMT, 2018), e, antes da pandemia do Coronavírus, perspetivava-se que continuasse a ocorrer um crescimento do número de turistas nos próximos anos, a nível mundial (WTTC, 2017).

Na capital portuguesa, objeto deste estudo, tem-se verificado também desde o ano de 2012, um crescimento anual do número de turistas, visível na Figura 1.

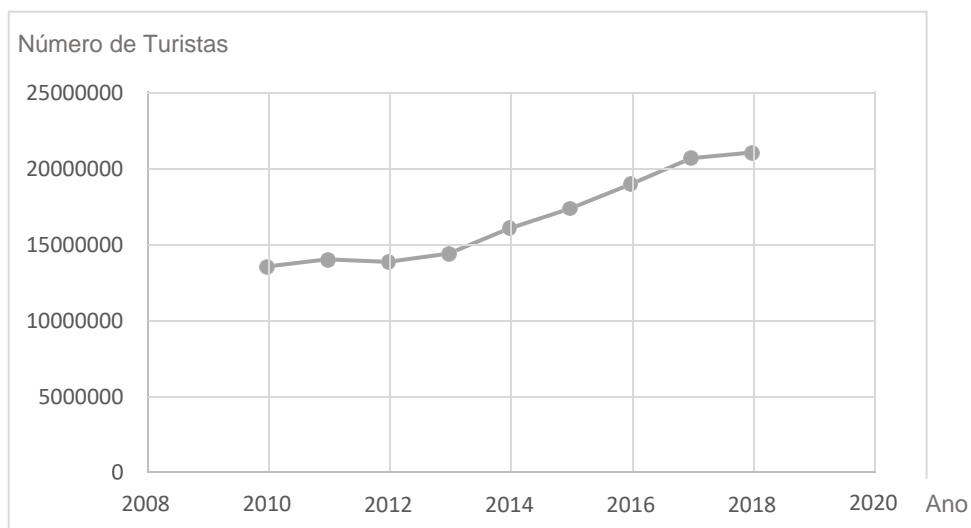


Figura 1 - Crescimento turístico em Lisboa

Fonte: INE (2010-2018)

Este aumento de visitantes tem importância para o país, nomeadamente no que diz respeito a fatores económico-sociais, tais como: a criação de empregos; o crescimento económico, estando Portugal, pelo terceiro ano consecutivo, em quinto lugar entre os países com maior saldo (11,9 mil milhões de euros) na balança turística da União Europeia (Eurostat, 2018); a partilha cultural; o aumento de investimento em infraestruturas; e ainda outros, de diversos âmbitos.

Contudo, o aumento indiscriminado de turistas, sem a aplicação de medidas sustentáveis, pode representar o início de vários problemas e trazer consequências negativas, como a subida dos preços dos produtos, dos serviços, de rendas e habitações, sentidas em particular pelos habitantes locais.

(Alexis, 2017). Em Portugal, nos últimos 4 anos, o preço das rendas sofreu um aumento de 67% e os preços de aquisição de habitações aumentaram em 87% (OMT, 2018). Outros impactos negativos são, aumento de lixo e sujidade nas ruas, degradação de infraestruturas e locais históricos, aumento de emissões de CO2 (mundialmente o sector turístico é responsável pela emissão de 22% da totalidade de CO2 emitida, com previsão de sofrer um aumento de 25% até 2030 (OMT, 2018) e a descaracterização das cidades com o aumento do número de alojamentos locais (Archer at all, 2005).

Por exemplo, relativamente a este último ponto, em Lisboa o número de alojamentos locais representa mais de 40% das residências existentes por bairro histórico (INE, 2018). Comparativamente a outras cidades, como Paris e Barcelona, que não possuem uma área metropolitana muito maior que a de Lisboa e à semelhança desta, também têm um grande fluxo de visitantes, Lisboa apresenta um maior número deste tipo de alojamentos, como é possível ver na Figura 2 na qual estão representados o número de alojamentos locais e as áreas metropolitanas das três cidades. (INE, 2018; Instituto Nacional de Estadística, 2018; Institut National de Statistique et d'Economie Appliquée, 2018).



Figura 2 -Número de Alojamentos Locais em Lisboa, Barcelona e Paris
Locais em Lisboa, Barcelona e Paris

Fonte: INE, 2018; Instituto Nacional de Estadística, 2018; Institut National de Statistique et d'Economie Appliquée, 2018

O aumento deste tipo de alojamento é um dos fatores que incita o aumento das rendas de habitação e, conseqüentemente, a ocorrência do fenômeno de gentrificação, sendo que os residentes lisboetas se sentem forçados a abandonar as habitações no centro da cidade e a procurar alternativas mais rentáveis na periferia ou até em outras zonas do país. Essas habitações são muitas vezes transformadas em mais um negócio de alojamento pelos respectivos senhorios (Cócola-Gant, 2015).

As externalidades supramencionadas são também experienciadas em outras cidades da Europa, como Barcelona, Veneza e Viena, as quais também apresentam uma grande afluência de turistas. Estes impactos têm vindo a refletir-se em demonstrações de descontentamento por parte dos habitantes, com manifestações, destruição de autocarros turísticos e de outros tipos de serviços turísticos e, ainda, agressões a turistas (Coldwell, 2017; Martins, 2018, Rostislav, 2018; Koltringer, 2019).



Figura 3 - Ilustrações da notícia “Turismofobia em Barcelona: grupos radicais atacam turistas”

Fonte: Jornal El País Internacional, 2017

Esta dissertação debruça-se, então, sobre o estudo das externalidades negativas provenientes do turismo, com foco na cidade de Lisboa, já que, como Rivera, Croes e Lee (2015) afirmam, para um desenvolvimento sustentável do turismo é fundamental tomar conhecimento dos diversos impactos económicos, sociais e ambientais, quer positivos quer negativos, provenientes desta atividade e como estes influenciam a qualidade de vida da população.

1.2 Objetivos

Sinteticamente, os objetivos da presente dissertação são:

- Elencar as externalidades negativas a abordar, tendo como foco a capital portuguesa;
- Nessa perspetiva, procurar identificar os indicadores mais adequados e possíveis de obter e, tendo em vista caracterizar os eventuais impactos negativos do turismo em Lisboa;
- Desenvolver um modelo que possa condensar os dados e valores obtidos agregadamente e por turista;
- Com o modelo desenvolvido retirar conclusões relativas à atividade turística em Lisboa e, tendo em conta as conclusões retiradas, propor medidas mitigadoras face aos efeitos negativos do turismo.

1.3 Estrutura

Esta dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: no capítulo 2 faz-se uma revisão da literatura considerada relevante para o tema; no capítulo 3 identifica-se a metodologia a adotar na dissertação e as fontes para obtenção de dados; no capítulo 4, finalmente, apresenta-se uma súmula das conclusões extraídas nesta fase de revisão bibliográfica. Esta revisão do estado da arte abordará a definição de externalidades, nomeadamente de externalidades negativas, para expor de uma forma

geral o tema desta tese. Conjuntamente, serão apresentados os indicadores mais abordados na literatura, assim como outros estudos sobre as consequências negativas do turismo para com os residentes.

2. REVISÃO da LITERATURA

2.1 Turismo Global

Apesar do termo “turismo” ter surgido em França em 1760, apenas em 1911 se encontra a primeira formalização do conceito pelo economista belga Hermann Schattenhofen, que o definiu da seguinte maneira: “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os económicos, que se manifestam na chegada, permanência e saída do turista de um determinado município, país ou região”. Ao longo dos anos este termo sofreu diversas alterações, e foi sendo completado, criando-se diferentes definições. Neste seguimento e, em 1994, a OMT definiu este conceito naquela que se pode considerar uma das suas formas mais simples e vastas, “o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”, definição esta que foi, posteriormente, aprovada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas (2005) e adotada pela ONU.

Outro conceito importante a mencionar neste estudo é o de turismo sustentável. Este surge como especificação e aprofundamento do conceito de desenvolvimento sustentável, pelo que, se deve compreender um para se poder compreender outro. O termo desenvolvimento sustentável foi usado pela primeira vez em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e foi por esta entidade definido da seguinte forma: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e econômico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.” Com a evolução passou a abordar não só questões ambientais, mas também aspetos sociais, económicos, políticos e culturais (Moniz, 2006).

O aparecimento do turismo sustentável foi claramente influenciado pela evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, nos finais da década de 80. A sustentabilidade da atividade turística passa a ser encarada como uma extensão do desenvolvimento sustentável, na medida em que se apresenta como um instrumento à conservação do ambiente e desenvolvimento equilibrado da população. É, no entanto, possível, na literatura, encontrar uma vasta panóplia de definições relativas ao turismo sustentável. Assim, segundo a OMT (2003a, 2003b), esta noção é exposta como: o turismo que considera os atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, atendendo às

necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades de acolhimento. Nesse caso, a sustentabilidade desta tão importante atividade, apresenta-se como um processo que requer uma continua monitorização dos impactes a ela associadas, quer sejam positivos ou negativos, para que se possam introduzir medidas que aumentem os efeitos, ou medidas corretivas/preventivas, respetivamente.

2.2 Externalidades

A referência mais antiga que é possível encontrar ao conceito de externalidade foi feita no século XIX pelo filósofo e economista britânico Henry Sidgwick, que fez uma analogia entre a existência de externalidades e a localização de um farol, dizendo que: “os benefícios de um farol, bem colocado, provavelmente são muito bem aproveitados por navios nos quais nenhum sino poderia ser colocado”. As externalidades podem, pois, ser entendidas como efeitos colaterais que surgem quando uma pessoa se envolve numa atividade que influencia o bem-estar de terceiros e, no entanto, não paga nem recebe qualquer compensação por esse efeito. Na presença de externalidades, o interesse da sociedade vai para além do que é diretamente fornecido pelo mercado, produtos e serviços, mas conjuntamente inclui o bem-estar e a forma como são afetados os terceiros desses mercados.

As externalidades podem ser classificadas em externalidades positivas ou externalidades negativas. Esta classificação vai estritamente depender da forma como as pessoas ao redor são afetadas. No caso de o impacto sobre terceiros ser adverso, a externalidade é considerada negativa.

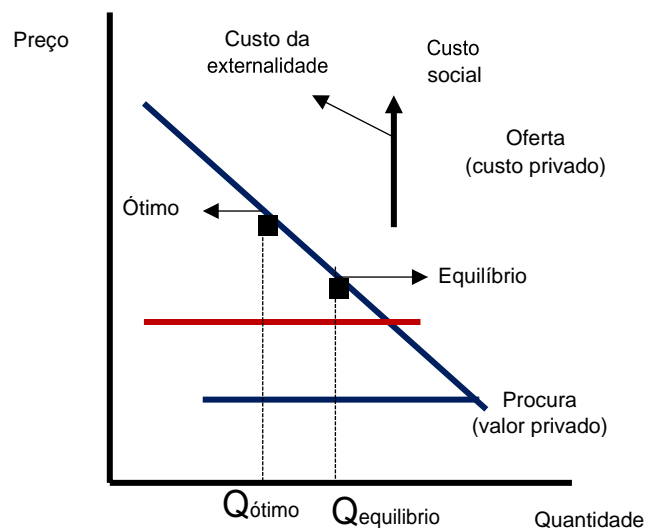


Figura 4 - Representação genérica do Ótimo e do Equilíbrio provenientes de externalidades negativas

Fonte: Mankiw, 2004

Como é visível na figura 4, a curva de custo social encontra-se acima da curva de oferta pois tem em conta não só os custos privados, mas outros custos externos, no caso de uma externalidade negativa, como por exemplo a poluição proveniente da produção de um certo bem. Assim, na presença de uma

externalidade classificada como negativa, o custo social excede o custo privado, daí o $Q_{\text{ótimo}}$ ser menor que o $Q_{\text{equilíbrio}}$. Este tipo de externalidades leva o mercado a produzir quantidades maiores do que as que são socialmente desejáveis (Mankiw, 2004)

Por outro lado, se a externalidade trouxer benefícios para a sociedade é classificada como positiva.

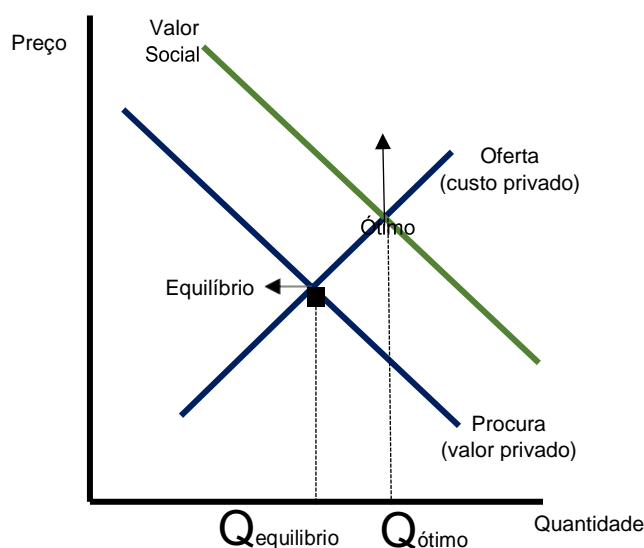


Figura 5 - Representação genérica do Ótimo e do Equilíbrio provenientes de externalidades positivas

Fonte: Mankiw, 2004

Neste caso, a curva da procura não reflete o valor do bem ou serviço para a sociedade (valor social). O valor social excede o valor privado, e por essa razão, a curva de valor social se encontra acima da curva de procura. A quantidade ótima é, então, superior à quantidade de equilíbrio. As externalidades positivas, por sua vez, levam o mercado a produzir quantidades menores do que aquelas que são desejadas pela sociedade.

Externalidades negativas relacionadas com o turismo:

Foi na década de 60 do século passado que teve início o interesse académico nos impactos negativos provenientes do turismo, assim como, as pesquisas relacionadas com a capacidade de carga das cidades recetoras (Soarinen, 2006). Contudo, apesar de já existir há algumas décadas a noção da presença destas externalidades negativas, pouco se tem feito para prevenir as consequências que delas advêm, pois, apesar da importância dos problemas que se levantam a este nível, há uma relação complexa entre a prática de uma atividade de grande rentabilidade económica e a forma como se pode evitar ou pelo menos diminuir os seus impactos negativos (Cunha, 1991).

Vários autores como por exemplo, Archer (1995), Archer, B. e Cooper, C. (2002), Rodrigues (2014), Carneiro e Eusébio (2015), Abril-Sellerés (2015), Rueller e Teller (2005), e Dumont (2006), entre outros,

dedicaram-se e abordaram este tema, e tendo autores como estes como base é possível agrupar os impactos resultantes do turismo em três categorias distintas: externalidades físico-ecológicas, externalidades político-económicas e externalidades sociodemográficas.

As externalidades negativas físico-ecológicas relacionam-se, como o próprio nome indica, com o que leva à degradação de ecossistemas, de centros históricos, ao aumento da poluição entre outros. Podemos encontrar estas situações mencionadas na obra “Global Tourism”, por Theobald (2002), onde a ideia base defendida é a de que: uma conceção de desenvolvimento turístico inadequada destrói ambientes naturais insubstituíveis, cujos reais benefícios de longo prazo podem não ter sido devidamente avaliados.

Encontra-se então, no quadro 1, algumas das principais externalidades negativas físico-ecológicas.

Quadro 1 - Externalidades negativas físico-ecológicas do turismo

Degradação de centros históricos
Problemas de estacionamento
Aumento de congestionamento nas estradas
Poluição sonora
Aumento da produção de lixo/resíduos
Perda da atratividade paisagística
Aumento da poluição
Aumento da pressão no sistema de esgotos
Perturbação dos ecossistemas

Fonte: Dumont (2006)

Existem também externalidades físico-ecológicas positivas, no entanto menos que as negativas, das quais podemos destacar por exemplo, a criação de novas infraestruturas, reconhecimento da necessidade de proteger certos locais e espécies e melhoria dos espaços públicos (Dumont, 2006).

No entanto, estes aspetos positivos não são suficientes para encobrir os negativos, que já têm uma presença muito grande nesta atividade, presença essa que se acentua cada vez mais com o passar do tempo. Por exemplo, em termos de emissões de CO₂, a atividade turística é responsável por mais de 5% das emissões globais deste gás, assim como, o sector de transportes de turismo, correspondendo a transportes aéreo, ferroviário, rodoviário e aquático, corresponde a aproximadamente 82,5% do total de emissões globais de gases poluentes. Os transportes aquáticos, nomeadamente os cruzeiros, para além de responsáveis pelos valores já mencionados, produzem, ainda, uma média de 70 000 toneladas de resíduos anualmente (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2018).

No que diz respeito a externalidades político-económicas, as positivas têm sido alvo da maior parte dos estudos realizados ao longo dos anos. Ardahaey (2011) afirma que os impactos positivos do turismo

na economia superam os negativos, no entanto, reconhece e sublinha que existem diversos impactos negativos e, que os mesmos não são abordados com a regularidade que deviam.

Quadro 2 - Externalidades negativas político-económicas do turismo

Aumento do custo de vida para o país recetor
Gentrificação
Aumento das despesas públicas para a criação e manutenção de infraestruturas
Sazonalidade
Alta dependência do turismo
Encerramento do retalho local
Distribuição desigual dos benefícios económicos provenientes do turismo

Fonte: Dumont et al. (2005); INE (2019)

No quadro 2, acima, destacam-se as principais externalidades negativas político-económicas do turismo, nunca deixando de reconhecer o que este sector significa para a economia de Portugal. No ano de 2018, o turismo representou 201,6 milhões de euros no PIB português, assim como, ofereceu emprego a 72,7 milhares de trabalhadores, representando 9,4% do total de empregos em Portugal (INE, 2019a), apesar de continuar a ser um dos sectores com salários médios mais baixos.

Ainda nesta vertente benéfica desta atividade, vários autores, como Dumont (2006) e também a própria OMT (2014), referem o efeito multiplicador da economia do turismo. Isto é, os turistas gastam dinheiro para adquirir certos bens e serviços (alimentação, transportes, compra de souvenirs, alojamento, etc), esses negócios vão beneficiar de receitas extra com que podem auferir bem e serviços locais, contribuindo, desta forma, para a economia local. Este efeito multiplicador funciona, então, numa espécie de cadeia.

Contudo, nem todos os que se debruçam sobre estes aspetos têm uma visão tão positiva dos mesmos. Por exemplo, Tosun (2003) fez um estudo económico na Turquia, no qual concluiu que apesar do aumento do desenvolvimento económico atingido com o turismo, esta atividade provocou desigualdades entre regiões e classes sociais no país, pois a riqueza e benefícios produzidos não eram igualmente distribuídos pelos residentes, assim como, ocorreu um aumento dos impostos e despesas para os mesmos. Outro exemplo desta “face negra”, também mencionado no quadro 2, é a gentrificação, que é uma das situações que mais tem assombrado a população lisboeta. Gentrificação é um processo de reabilitação do espaço urbano, no qual certos locais que antes eram desvalorizados transformam-se em ambientes económica e socialmente mais valorizados, isto faz com que os moradores fiquem impossibilitados de acarretar com os aumentos do custo de vida e acabem por se mudar para as periferias das cidades, dando lugar a novos moradores com mais capacidades económicas (Mendes, 2014 e 2017; Liang e Bao, 2015; Cócola-Gant, 2018). Ainda relacionado com este fenómeno de gentrificação e afastamento dos residentes, Zanini (2017) expôs as suas ideias no que veio a mencionar como “síndrome Airbnb”, isto é, o arrendamento provisório e temporário de

estabelecimentos de alojamento local a turistas, através de redes sociais e outras plataformas na internet, referindo-se a este tipo de negócios como o “mercado negro do turismo”.

Sans e Dominguez (2016) juntamente com Zanini (2017) afirmam que este fenómeno afeta a componente político-económica das cidades, uma vez que, gera desequilíbrios no mercado imobiliário, dificulta a monitorização de arrendamentos ilegais nas cidades e contribui para a superlotação turística das cidades, ameaçando o bem-estar da população.

Em relação à última categoria dos impactos do turismo previamente mencionada, externalidades sociodemográficas, pode-se dizer que são aqueles que se relacionam com uma interação mais direta entre os visitantes e aqueles que os recebem, comunidade local.

No quadro 3, destaca-se as principais externalidades negativas sociodemográficas.

Quadro 3 - Externalidades negativas sociodemográficas do turismo

Indignação da população local – “turismofobia”
Aumento da criminalidade
Perda de identidade sociocultural local
Abandono de atividades tradicionais
Superlotação das cidades
Más experiências por parte dos turistas

Fonte: Dumont et al. (2005); CE (2018)

Segundo a OMT (2019) e o INE (2019a), em 2018, Portugal recebeu cerca de 14 028 000 turistas, mais de 4.5 milhões em Lisboa, o que equivale a cerca de nove turistas por cada residente da capital e a trezentos turistas por quilómetro quadrado. Esta massa de turistas pode ter efeitos bastante desagradáveis para os residentes e para os próprios turistas, e por consequência prejudicar a imagem do local e a atividade turística para futuros visitantes.

Devido à grande afluência de turistas em Portugal, foram registados mais furtos, especialmente de objetos como câmaras fotográficas e telemóveis, assim como, outros tipos de situações ilícitas, como casas falsas para arrendar (Sistema de Segurança Interna, 2018). Apesar do aumento destas ocorrências, Portugal é considerado, pelo *Global Peace Index*, como o quarto país mais pacífico do mundo.



Figura 6 - Participações criminais registadas no distrito de Lisboa

Fonte: Relatório Anual de Segurança Interna, 2018

Um outro problema proveniente do elevado número de turistas é a saturação por parte dos residentes, pois estes podem começar a sentir-se irritados com a presença dos turistas, que acaba por interferir com as suas vidas quotidianas, então, pode dar-se início a atitudes anti turistas e a ocorrência do denominado fenómeno – “turismofobia” (Horn, 1998; García-Hernández et al., 2017).

Como impacto positivo, é possível destacar o intercambio cultural, que, quer os residentes quer os visitantes beneficiam. Esta troca de aprendizagem de que ambas as partes partilham pode possibilitar e facilitar a aceitação dos turistas por parte dos habitantes (Castão, 2005).

2.3 Indicadores

Segundo Wayne R. Ott (1978), um indicador é uma forma de simplificar informação, tendo a capacidade de reduzir uma ampla quantidade de dados, retendo a informação essencial.

Também a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (1993), definiu indicadores, como sendo o “valor calculado a partir de parâmetros, os quais dão indicações ou descrevem o estado de um fenómeno do meio ambiente ou de uma zona geográfica, que tenha alcance superior à informação diretamente dada pelo valor do parâmetro”. Para se poder formalizar e usar um indicador é necessário conhecer o que se quer avaliar (Pedro Bueno e Yague Perales, 2001) e, a última utilidade destes mecanismos, após se obter a informação acerca do estado de um sistema, é corrigir o mesmo (Organização de Sustentabilidade e Desenvolvimento das Nações Unidas, 2001).

Para a aplicação de indicadores a um sistema é desejável que estes possuam algumas propriedades (Andreu et al., 2003; Caldas, 1998; Ivars Baidal, 2001; Yunis, 2002):

- **Simplicidade** – Deve ser de fácil compreensão e claro o suficiente para qualquer pessoa, especialista ou não, que o queira interpretar, uma vez que são formas sintéticas de expressar processos complexos;
- **Validade científica** – É necessário um bom fundamento teórico e conhecimento do sistema em causa. É, ainda, preferível a existência de séries de estudos previamente realizados e mais antigos para que se possa constituir um termo de comparação e análise de evolução temporal;
- **Comparabilidade** – O indicador deve ser modelado de maneira a permitir a sua comparação temporal e espacial;
- **Relevância** – A escolha do indicador deve ter em conta a sua relevância para o estudo em causa, deve promover o máximo de informação necessária para se cumprir os objetivos propostos;
- **Normalização** – Deve ser possível traduzir os resultados dos indicadores numa escala adimensional, para que se possa relacionar diferentes indicadores.

Para além destas propriedades, podemos assumir a existência de dois tipos de perspetivas que categorizam os indicadores em indicadores qualitativos (perspetiva subjetiva) e quantitativos (perspetiva objetiva) (Meadows, 1998). Apesar da utilização das duas categorias de indicadores estar relacionada com diferentes situações, existem autores como Choi e Sirakaya (2006) que defendem que uma avaliação na qual se utiliza ambos indicadores, objetivos e subjetivos, ajuda a criar fortes e robustos sistemas de monitoramento.

Indicadores relacionados com o Turismo:

A relação entre a formulação de indicadores e a atividade turística é importantíssima e tem sido explorada desde a conferência Rio 92, na qual foram discutidos vários assuntos entre os quais as repercussões provenientes do turismo. Desde então, tem-se trabalhado no desenvolvimento de indicadores para se obter informações sobre os destinos turísticos, planeamento, gestão e definição de objetivos a longo prazo, pois devem ser aplicados indicadores de turismo para se avaliar o impacto e efeitos derivados desta atividade e assim formular uma avaliação adequada da mesma (Nações Unidas, 2005; Cunha, 2007; Ivanova, 2015).

Contudo, autores como Brasil Jr. (2002) e Salvati (2004), afirmam que existem algumas dificuldades associadas à construção de indicadores referentes ao turismo, das quais se destacam:

- **Conflito de interesses** – Existem mais de 52 setores interrelacionados, para além de estarem presentes tanto o setor privado como público, na atividade turística;
- **Abordagem extensa** – Implica envolvimento económico, social, político e ambiental;
- **Escala e Dificuldade de Mensuração** – Estão em causa situações de diferentes escalas, globais, regionais e locais;

- **Varição temporal** – Alguns dos fatores que estão a ser medidos variam a escalas e velocidades diferentes.

Apesar da dificuldade a que está sujeita a criação de indicadores representativos da atividade turística, a criação dos mesmos é de extrema importância, para que se possa mensurar diversos aspetos da atividade turística em um determinado território, como por exemplo (PNUA/OMT, 2005):

- Resultados de ações de conservação;
- Externalidades positivas geradas pelo turismo;
- Externalidades negativas geradas pelo turismo;
- Stress dos vários sistemas que compõem um destino;
- Atual estágio do sistema – sazonalidade, índice de ocupação, etc.;
- Nível de proteção dos destinos;
- Nível de consciência de quem gere os destinos, nomeadamente no setor do turismo;
- Etc.

Assim, à semelhança do que foi feito com as externalidades, e tendo por base a literatura existente no assunto em questão, é também possível distinguir os indicadores existentes nas mesmas três categorias: indicadores físico-ecológicos, político-económicos e sociodemográficos. Estes são, então, formas de mensurar as externalidades referidas anteriormente.

Posto isto, destacam-se, nos quadros 4, 5 e 6 alguns indicadores correspondentes a cada categoria:

Quadro 4 - Indicadores físico-ecológicos do Turismo

Indicadores	Observações
Número de turistas por km ² de área protegida	Sendo considerada uma área protegida, em Portugal, uma zona delimitada e cuja intervenção humana está condicionada por regulamentos que visam a proteção ambiental.
Número médio de dias, em que os standards de poluição são excedidos, anualmente	O valor obtido deve ser relacionado com a sazonalidade da atividade turística
Consumo de energia nas atividades turísticas por capacidade local de fornecimento de energia	

Consumo de água por turista	Obtido a partir de registos da atividade hoteleira, de arrendamento de casas ou por comparação dos registos anuais entre época de baixa e elevada procura turística.
Emissões de CO2 provenientes das atividades turísticas por total de emissões de CO2, anual	
Produção média de resíduos sólidos por turista	Obtido a partir de registos da atividade hoteleira, de arrendamento de casas ou por comparação dos registos anuais entre época de baixa e elevada procura turística, (produção média de resíduos sólidos durante a época de maior afluência turística / produção de resíduos sólidos média anual) / número de turistas a visitar a zona a ser medida
Tempos médios de uso de instalações ligadas ao turismo	Por exemplo: elétricos, autocarros turísticos, museus...
Tráfego médio em dia de época de muita afluência turística por tráfego médio diário	
Número de lugares de estacionamento por número de veículos por dia em centros históricos	
Número de pessoas que utilizam transporte público por residentes e turistas (número de residentes + número de turistas)	
Percentagem de estabelecimentos turísticos que otimizam o consumo de água	Permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros e apartamentos turísticos que fazem gestão eficiente da água

Percentagem de estabelecimentos turísticos que otimizam o consumo de energia	Permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos que fazem uma gestão eficiente de energia.
Percentagem de estabelecimentos turísticos que faz a separação dos resíduos	Permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros com políticas de separação dos diferentes tipos de resíduos. Quanto mais alta for a percentagem de estabelecimentos hoteleiros com políticas de separação dos diferentes tipos de resíduos, maior é a preocupação demonstrada com a preservação ambiental e consequente sustentabilidade do turismo.

Fonte: CE, 2002; Maggi e Fradella, 2010

Quadro 5 - Indicadores político-económicos do turismo

Indicadores	Observações
Contribuição da atividade turística para o aumento das rendas e preços das habitações	Verificação do aumento do valor das rendas e dos preços em locais com muita afluência turística; Verificação da relação entre os aumentos destes valores e o aumento do número de turistas a visitar o destino em causa, ao longo dos anos
Contribuição do turismo para o PIB (%)	
Despesa média dos turistas durante a estadia	
Receitas provenientes do turismo	
Rendimentos médios obtidos no sector turístico	
Receita fiscal de turismo por gasto público para o desenvolvimento do turismo	
	Permite avaliar a evolução do investimento, dos municípios, nos vários domínios do ambiente, divididas pelo número de

Despesas em ambiente por residente	residentes. Esta avaliação é útil no sentido de garantir a melhoria do ambiente, o aumento da eficiência e o desenvolvimento focado na gestão eficiente dos recursos.
Número médio de empregos no setor turístico por número médio de empregos existentes, anualmente	
Proveitos totais dos alojamentos turísticos	
Rendimento por quarto por tipo de alojamento turístico	
Taxa de ocupação	$(\text{Número de camas ocupadas} / \text{Número de camas existentes} \times 365) \times 100$
Taxa de sazonalidade	Representa o peso relativo da procura turística nos três meses de maior procura (julho, agosto e setembro), relativamente ao total anual, medido através do número de dormidas nos meios de alojamento.
Taxa de fornecedores locais na totalidade do consumo	Medição dos estabelecimentos hoteleiros que utilizam comércio, bens e serviços locais sustentáveis no total de estabelecimentos hoteleiros. E, assim, contribuem para o desenvolvimento sustentável da economia local
Percentagem de alojamentos locais existentes no destino	

Fonte: Comissão Europeia, 2002; Castellani et al., 2007; Cunha, 2007; Maggi e Frandella, 2010; Tselentis et al., 2012; INE, 2018

Quadro 6 - Indicadores sociodemográficos

Indicadores	Observações
Número de chegadas de turistas por ano	
Porcentagem de turistas que entendem a língua do destino	
Tempo médio de estadia dos turistas no destino	
Porcentagem de turistas que repete a visita ao destino	
Média de frequência a cuidados médicos durante a época de maior afluência turística por média anual de frequência média anual de frequência a cuidados médicos	
Número de crimes com turistas envolvidos por número total de crimes registados, anualmente	
Porcentagem de turistas satisfeitos com o tempo despendido no destino	Obtido por inquérito
Porcentagem de residentes conscientes dos benefícios e malefícios da atividade turística	Obtido por inquérito
Porcentagem de reclamações feitas por turistas	
Porcentagem de residentes que beneficia diretamente do turismo	Pela criação de emprego, pelo aumento das receitas de negócios ligados ao turismo...
Intensidade turística	Permite avaliar a pressão turística, através da relação entre o número de dormidas nos empreendimentos turísticos e o número de residentes numa determinada região.
Densidade turística	Permite avaliar a pressão turística sobre a região, através da relação entre o número de dormidas nos empreendimentos turísticos e a área da região, medida em Km ² .
Camas Disponíveis por 1000 Residentes	Permite relacionar o número de camas disponíveis em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e

	apartamentos turísticos, por cada 1000 residentes, de cada região
Percentagem de alojamentos acessíveis a hóspedes com necessidades especiais	

Fonte: Comissão Europeia, 2002; Cunha, 2007; Castellani et al., 2007; Maggi e Frandella, 2010; Ivanova, 2015; INE, 2018

2.4 Residentes e a atividade turística

A população recetora dos turistas é o *stakeholder* que lida com os impactos provenientes desta atividade. De acordo com Souza (2011), esta é a principal componente da oferta turística e, por essa ordem de ideias, é essencial no planeamento estratégico de qualquer destino, independentemente do desenvolvimento do mesmo.

A compreensão da posição e atitude dos residentes, face ao turismo, é, então, de extrema importância, pois, investigações ao longo de vários anos revelam que, quando os residentes percecionam os benefícios do turismo, estes desenvolvem atitudes favoráveis em relação a esta atividade e assim, contribuem para uma boa interação com os visitantes e uma maior satisfação dos mesmos relativamente aos destinos, aumentando a probabilidade de regresso (Carneiro & Eusébio, 2010). Estes autores, apresentam ainda um importante argumento que tenta expressar a importância de se estabelecer uma relação entre os residentes e atividade turística: a maximização dos impactes positivos do turismo e a minimização dos custos passa, obrigatoriamente, pela implementação de estratégias de desenvolvimento turístico que integrem as componentes necessárias para que o turismo possa efetivamente desempenhar o papel de motor de desenvolvimento das regiões que, frequentemente, lhe é atribuído. Uma das componentes fundamentais que deve integrar qualquer estratégia de desenvolvimento turístico dos destinos é a comunidade. Trabalhar com as pessoas, e não apenas para as pessoas, deve ser o lema de qualquer estratégia de desenvolvimento turístico”, ideia que foi apoiada por muitos outros autores na literatura relativa a este tema.

Numa tentativa de facilitar a compreensão desta relação, e das vantagens provenientes da mesma, entre residentes e turistas, John Ap (1992) explorou aquilo que veio a ser designado como a “Teoria de Intercambio Social”. Para se perceber esta teoria, é necessário reconhecer que as relações sociais implicam uma troca de recursos entre os agentes sociais, os quais procuram retirar vantagens mútuas do estabelecimento dessas relações. Neste caso, os residentes procuram uma melhoria de estilo de vida enquanto que, os turistas pretendem ter uma boa experiência. Posto isto, este paradigma é representado no formato de matriz, na qual, se representa o que se espera do intercambio turístico entre dois atores diferentes, em função da capacidade que cada um tem para influenciar o outro.

		Força do ator "B"	
		Elevada	Reduzida
Força do ator "A"	Elevada	Troca mútua e equilibrada (mutuamente benéfico)	Troca desequilibrada (ator "A" em vantagem)
	Reduzida	Troca desequilibrada (ator "A" em desvantagem)	Troca equilibrada e recompensadora (mutuamente benéfico)

Figura 7 - Matriz de consequências de intercâmbio de John Ap

Fonte: adaptado de John Ap, 1992; Castaño, 2005

Relativamente à percepção dos residentes, é bastante positivo que estes percecionem que estão a ser beneficiados com o desenvolvimento turístico, contudo, cada vez mais, a população tem vindo a identificar os malefícios do turismo. Segundo Krippendorf (2001), os habitantes das regiões visitadas começam a sentir um certo rancor em relação aos efeitos negativos do êxodo das massas turísticas. Essas populações têm cada vez mais a impressão de que são invadidas por esse desenvolvimento e, ao mesmo tempo, dele excluídas. Por esta razão a presença de turistas começa a ser indesejada.

Nesta linha de pensamento, Doxey (1975), e Brunt e Courtney (1999) e outros autores, desenvolveram e aprofundaram o "Modelo Irridex", que tem como finalidade, identificar e explicar os efeitos cumulativos do desenvolvimento do turismo sobre as relações sociais e a evolução da mudança nas atitudes da população recetora em relação aos turistas. De acordo com este modelo, numa primeira abordagem, os residentes recebem os visitantes com entusiasmo e simpatia, o turismo é visto com agrado e como fonte de desenvolvimento. Já num segundo momento, a comunidade começa a sentir pressão, decorrente do aumento do fluxo de turistas. Aqui o turismo deixa de ser novidade, os residentes começam a ser mais indolentes e vêem o turismo apenas como uma forma de obter lucro. Nos momentos que se seguem atinge-se irritação e hostilidade, por parte da comunidade recetora, para com os turistas, o fluxo de turista aumenta de forma descontrolada, o que vai gerar aumento de congestionamento, de preços, entre outros. Os residentes percecionam que os custos começam a exceder os benefícios, então começam a desenvolver atitudes negativas face ao turismo.

Na sequência da importância dos residentes para o desenvolvimento turístico, ao longo dos anos, foram realizados diversos estudos a diferentes populações de diferentes locais. Um exemplo de um destes estudos foi uma pesquisa feita em Queensland, na Austrália, com o intuito de avaliar os impactos negativos e positivos do turismo sobre a comunidade (Ross, 2002). Deste estudo, foi possível concluir que os impactos negativos para a comunidade de Queensland e os quais esta percecionou foram o aumento dos preços para compra de terrenos e arrendamento de casas, o aumento do custo de vida e o aumento da criminalidade.

Um outro estudo foi desenvolvido nas Ilhas Baleares pelos investigadores Pérez e Nadal (2005), a partir do qual se concluiu que apenas 54% dos entrevistados acreditam que o balanço do desenvolvimento do turismo é positivo, aqui foram identificados problemas como: congestionamento das estradas, saturação dos serviços, degradação dos recursos naturais, aumento de lixo nas ruas, entre outros.

Foram também realizados, embora em número muito mais reduzido, estudos em países em desenvolvimento, como foi o caso do Gana, país da África Ocidental, nesta pesquisa, Amuquandoh (2009), constatou que os residentes com menor rendimento têm mais facilidade em reconhecer os benefícios do turismo, enquanto que aqueles com maior poder de compra e níveis de rendimento mais elevados têm maior perceção dos impactos do turismo.

A nível nacional, foi concebido nos Açores em 2005 um inquérito aos residentes sobre o turismo nos Açores, no âmbito do projeto SIET-MAC (Sistema de Indicadores Estatísticos de Sustentabilidade do Turismo da Macaronésia), pois até então a perspetiva dos residentes sobre o desenvolvimento do turismo nas suas localidades de residência nunca tinha sido alvo de inquérito, o que o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), o Instituto Estatístico das Canárias (ISTAC) e a Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM) entenderam como uma lacuna. Foram entregues vinte e duas questões a cerca de 1700 indivíduos selecionados de acordo com as informações dos censos mais atuais. Deste estudo conclui-se que os residentes de uma forma geral apoiam e reconhecem os benefícios do turismo, contudo identificaram os tipos de turistas que os desagradam, nomeadamente, visitantes que não respeitam o ambiente, que falam mal da região e os que gastam pouco dinheiro na região. Foi também, possível reconhecer, a partir da opinião dos inquiridos, que o que mais os afeta é o aumento dos preços dos produtos. Os responsáveis por esta pesquisa demonstraram especial preocupação em uma das questões, a qual apenas 15,2% dos inquiridos respondeu, esta questão era relativa ao conhecimento dos impactos relacionados com o desenvolvimento do turismo.

No entanto, Souza (2009) afirma existir uma escassez de estudos deste género, sublinhando a importância dos mesmos para um desenvolvimento equilibrado e sustentável do turismo.

2.5 Portugal, Lisboa e o Turismo

Esta secção da revisão da literatura pretende dar a conhecer, resumidamente, a posição de Portugal relativamente ao turismo.

A entidade pública, Turismo de Portugal, que é a entidade central responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, começou a desenvolver, em 2016, um projeto denominado “*All for All*”, um processo “dirigido a todos os empresários do setor, tendo em vista a sua mobilização, numa atuação concertada de tornar acessível a oferta turística nacional”. Este projeto consiste em ações e estratégias com implementação prevista até 2027, sendo uma delas, a criação do primeiro observatório de turismo sustentável na zona do Alentejo até 2020. Estes tipos de observatórios têm como finalidade servir de núcleo para pesquisa e análise do comportamento do turismo num país ou cidade.

Relativamente a Lisboa, é importante mencionar um estudo, *Destination 2030*, feito numa parceria entre o Conselho Mundial de Viagens e Turismo e a empresa líder de mundial em serviços de imobiliário, JLL, que se uniram para desenvolver e publicar a primeira avaliação da preparação (“*readiness*”) das cidades para lidar com o crescimento exponencial do turismo, através do desenvolvimento de uma metodologia para avaliar e fornecer soluções para promover o crescimento sustentável do turismo. A avaliação foi baseada na aplicação de 75 indicadores a 50 mercados globais, assim como, na colocação da questão “*what makes a city ready for Travel & Tourism growth?*”. Foi feita uma abordagem em dois passos: num primeiro momento, observou-se o estado atual das cidades, os seus tamanhos, assim como, para as ofertas das cidades em termos do setor turístico, através de – escala (“*scale*”) vs. Concentração (“*concentration*”) e impulsionador de turismo (“*leisure driver*”) vs. Impulsionador de negócios (“*business drivers*”). No segundo passo, a atenção concentrou-se na análise da preparação das zonas urbanas, o que incluiu um olhar para as infraestruturas das cidades e para tudo o que esteja associado à vertente económica das cidades, como ilustra a Figura 8.



Figura 8 - Representação da preparação de uma cidade para lidar com o desenvolvimento turístico

Fonte: Relatório do estudo “Destino 2030”

Estabeleceu-se, assim, a criação de cinco tipologias de cidades, representativas de diferentes níveis de preparação para o desenvolvimento turístico e, de acordo com as características de cada nível, foram integradas 50 cidades de todo o mundo nos níveis mais indicados às mesmas. As cidades podem, então, ser classificadas como, *Dawning Developers*, *Emerging Performers*, *Balanced Dynamics*, *Mature Performers* e *Managing Momentum*, a definição destas tipologias pode ser encontrada na Figura 9.



Figura 9 - Tipologia das cidades

Fonte: Relatório do estudo “Destino 2030”

No que diz respeito a esta dissertação, importa olhar para Lisboa. Lisboa foi uma das cidades a integrar o nível “*Mature Performers*”, neste encontram-se as cidades capazes de gerir os níveis atuais de crescimento, contudo, necessitam de uma dinâmica contínua e intensa para permanecer neste equilíbrio, ou seja, é imprescindível que Lisboa tenha conhecimento de tudo o que envolve o desenvolvimento turístico e se encontre em permanente mudança e adaptação a esse desenvolvimento e tudo o que ele acarreta. Uma outra característica desta tipologia é o bom equilíbrio entre as viagens por lazer e as impulsionadas por negócios (“*Leisure vs. Business*”). Por outro lado, neste estudo, o WTTC e a JLL, consideram que pertencer a este nível, coloca as cidades numa posição cuja tendência é para haver um aumento, nos próximos 10 anos, da pressão sobre a economia local.

As conclusões deste estudo, para além do desenvolvimento desta metodologia envolvendo os cinco níveis e a classificação de diversas cidades, foi a necessidade do desenvolvimento de planos a longo termo, nos quais, todos os stakeholders são envolvidos, considerando os visitantes e colocando os residentes no centro dos planos em termos de investimentos e desenvolvimento de infraestruturas.

O estudo considera então, que as cidades devem usar estes e outros dados comparativos entre elas para aprenderem umas com as outras em prol de um desenvolvimento benéfico e sustentável.

3. METODOLOGIA e FONTES DE DADOS

Com o intuito de corresponder positivamente aos objetivos supramencionados, a abordagem será a seguinte:

- Inicialmente foi realizada uma análise e triagem dos indicadores referidos no capítulo 2 (quadro 4, 5 e 6), procurando identificar os indicadores mais manuseáveis e passíveis de se obterem informações necessárias para um estudo mais aprofundado, assim como, eliminar aqueles que forem redundantes.
- De seguida foram usadas diferentes fontes para obtenção de dados dos indicadores a ser estudados. As fontes utilizadas são:
 - Fontes de dados secundários, nomeadamente a base de dados do INE, PORDATA e Eurostat;
 - Utilização do software GeoCi, o qual funciona como uma ferramenta de mercado que disponibiliza uma série de indicadores sobre preços de transação e arrendamento tendo em conta diferentes segmentos. Os preços, neste software, podem ser, então, segmentados por bairro, classe energética, tipologia e gama de mercado (quantis);
 - Utilização do software Power BI para compilação, transformação e análise dos dados obtidos, assim como, na construção dos gráficos apresentados nesta dissertação.
- Delimitação temporal e geográfica dos dados. No que diz respeito a este último, foi feita uma comparação entre freguesias e, entre outras cidades com elevado número de turistas;
- Ao longo da dissertação são feitas comparações e expostas formas como algumas cidades estrangeiras estão a lidar com as externalidades provenientes do turismo;
- Numa fase final, foram elaboradas as conclusões acerca do tema base da dissertação.

4 DESENVOLVIMENTO do CASO de ESTUDO

Como exposto anteriormente, esta dissertação tem por base a apresentação e análise de indicadores para uma melhor compreensão das externalidades do turismo em Lisboa, nomeadamente, externalidades negativas.

Assim, neste capítulo serão analisadas as externalidades previamente selecionadas. Os indicadores que servem de base à análise das externalidades integram uma das três categorias expostas na revisão da literatura, sendo elas: Indicadores físico-ecológicos, Indicadores político-económicos e indicadores sociodemográficos do turismo.

4.1 Valores de referência do turismo sustentável

Para esta dissertação, uma vez que tem por base a análise de uma série de indicadores, faz sentido definir e apresentar objetivos e valores de referência, aplicados a Lisboa, para um turismo sustentável.

Com o conhecimento destes valores é possível determinar se a atividade turística se encontra abaixo ou acima dos valores considerados sustentáveis.

Com o intuito de determinar metas e definir estratégias turísticas sustentáveis tendo em conta as necessidades e capacidades de cada país, em 2016 decorreram, em 5 mercados estratégicos, Espanha, França, Alemanha, Reino Unido e Brasil, uma série de reuniões com as entidades responsáveis pela manutenção e desenvolvimento da atividade turística em cada país.

Relativamente à presença de Portugal, nestas reuniões foi possível identificar os fatores positivos e os aspetos a melhorar na cidade de Lisboa. Como fatores positivos identificam-se:

- Crescimento em vários indicadores da procura turística;
- Oferta de alojamento mais qualificada;
- Novas formas de alojamento e de animação turística;
- Reconhecimentos e prémios internacionais em diversas áreas do turismo português;
- Acréscimo de ligações aéreas.

Relativamente aos aspetos a melhorar, destas reuniões destacaram-se os seguintes:

- Diminuição da taxa de sazonalidade;
- Valorização do património e cultura;
- Qualificação e valorização dos Recursos Humanos;
- Estímulo à Inovação e ao Empreendedorismo;
- Sustentabilidade do destino e das empresas;
- Rendimentos dos trabalhadores no turismo.

Com um objetivo semelhante e, como referido no capítulo de revisão de literatura, em 2019 a WTTC, juntamente com a JLL, realizou um estudo no qual avaliaram, com base em 75 indicadores, a competência de 50 mercados estratégicos para lidar com o crescimento turístico de uma forma sustentável. Dos 5 níveis definidos neste estudo de classificação das competências de cada cidade (sendo o nível 1 o mais baixo de competência e o 5 o mais elevado), Lisboa foi classificada como nível 4 – *“Mature performers”* – juntamente com cidades como Auckland, Berlin, Dublin, Las Vegas, Londres, Los Angeles, Madrid, Miami, Nova York e Sevilha. São colocadas neste nível cidades que recebem grandes volumes de turismo de lazer e/ou de negócios que testam constantemente a preparação das infraestruturas e da população residente. Os tipos de políticas de resposta dadas por estas cidades focam-se na monitorização e reação ao aparecimento de pontos de pressão, aplicando medidas para gerir o crescimento do setor turístico.

O objetivo de Lisboa, e de outras cidades de níveis inferiores, é atingir o nível topo do setor, o nível 5 – “*Managing Momentum*”. Deste nível fazem parte cidades como, Amesterdão, Barcelona, Paris, Praga, Roma, São Francisco, Estocolmo, Toronto e Vancouver. Estas cidades caracterizam-se pelo grande volume de turismo de lazer que recebem e por uma grande diversidade de atividades ligadas ao setor, que lhes permite lidar com as pressões produzidas pelo grande número de visitantes. Todas as medidas de gestão e impulsão do turismo, neste nível, são medidas que garantem a sustentabilidade da atividade e o envolvimento da população residente na mesma.

Com base nestes estudos e por comparação com valores de indicadores de cidades colocadas no nível superior ao de Lisboa, é possível apresentar metas e valores de referência para alguns indicadores estudados nesta dissertação (figura.10).

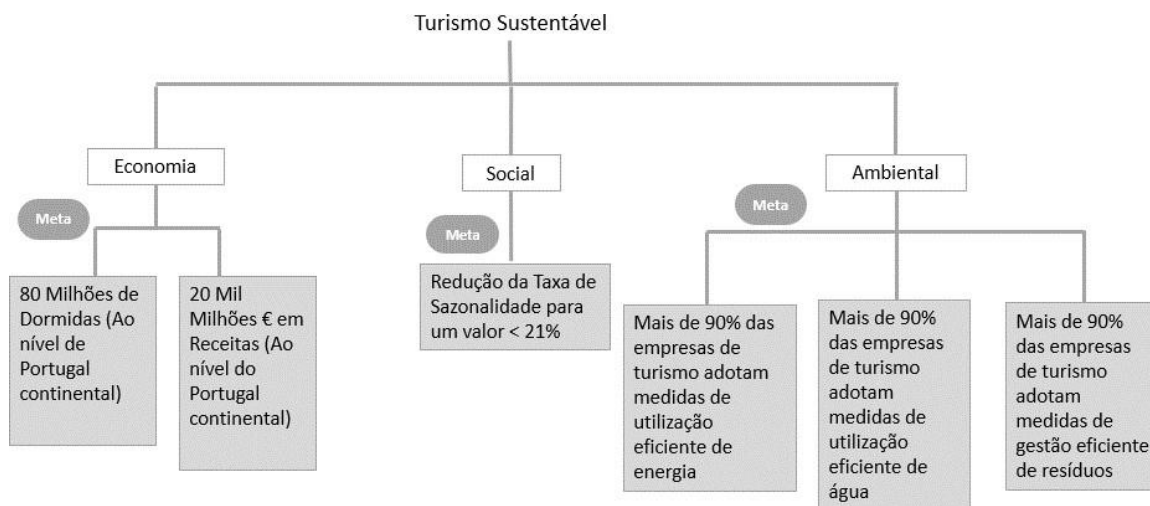


Figura 10 - Valores de referência do turismo sustentável

Fonte: Turismo de Portugal (2016), Relatório “Estratégia Turismo para 2027”

Estes objetivos de sustentabilidade da atividade turística integram a estratégia de turismo de Lisboa para 2027. O turismo de Lisboa pretende, até 2027, atingir os valores expostos na figura 10 e assim, atingir valores de sustentabilidade no setor turístico.

4.2 Indicadores Físico-Ecológicos do Turismo

4.2.1 Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Água

Este indicador permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros que fazem uma gestão eficiente do uso de água, e assim, quantificar o nível de envolvimento e interesse destes estabelecimentos relativamente a questões ambientais. Tendo em conta a dimensão do turismo na

cidade de Lisboa, e conseqüentemente, o aumento do consumo de água utilizada nesta atividade, é necessário garantir uma gestão sustentável deste consumo, de forma a diminuir os riscos de ocorrência de escassez hídrica, assim como melhorar as condições ambientais nos meios hídricos, promovendo a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento socioeconómico do país.

Assim, a implementação de uma política de otimização de consumo de água em estabelecimentos hoteleiros implica que estes tenham desenvolvido normas de qualidade e gestão ambiental que têm por base objetivos e processos para alcançar os compromissos relacionados com a sustentabilidade, qualidade e o meio ambiente. Pertencer à quota de estabelecimentos que implementam este tipo de políticas requer uma disciplina de melhoria contínua, uma vez que, é necessário estar a par da performance do estabelecimento, tal como das novas tecnologias e comportamentos que podem ser aplicados para melhoria dessa mesma performance.

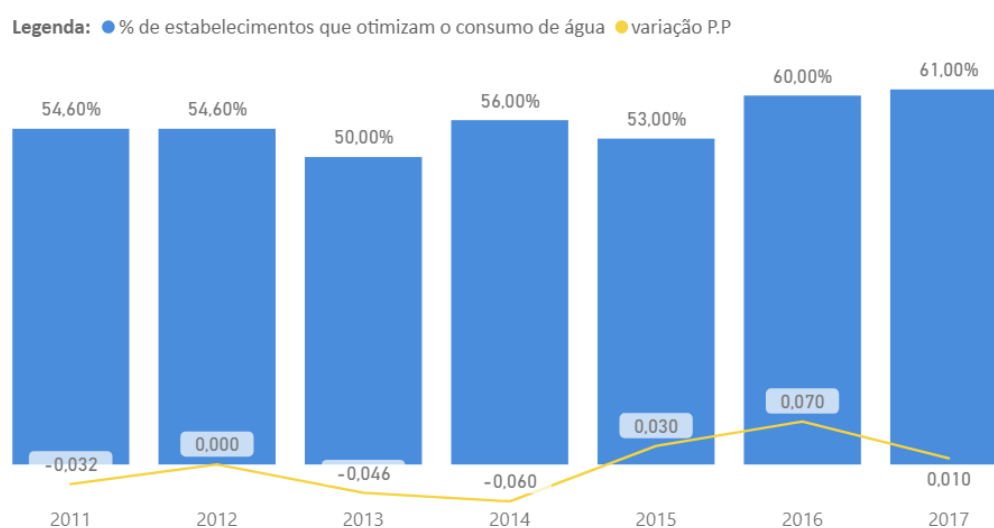


Figura 11 - Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que otimizam o consumo de água em Lisboa

Fonte: Elaboração própria com dados de Turismo de Portugal, "Relatório de Sustentabilidade, 2017"

Quanto mais alta for a percentagem de estabelecimentos hoteleiros com políticas de otimização de consumo de água, maior é a contribuição para um turismo sustentável.

O valor de referência para um turismo sustentável para este indicador é uma percentagem superior a 90% de estabelecimentos hoteleiros a otimizarem o consumo de água. Em Lisboa o valor mais atual é de 61%, 29p.p abaixo do valor definido como sustentável, o que demonstra que existe um longo caminho a percorrer, sendo necessário investir nesta matéria, criando estratégias e implementando medidas, para atingir a sustentabilidade no uso da água.

Nos 7 anos representados na figura 11, verifica-se uma taxa média de crescimento anual de **1,87%**.

No caso de se manter esta taxa, Lisboa levará aproximadamente 21 anos a alcançar a meta de sustentabilidade.

4.2.2 Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Energia

Este indicador, à semelhança do indicador de gestão de água, permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros que fazem uma gestão eficiente do uso de energia, e quantificar o nível de envolvimento e interesse destes estabelecimentos relativamente a questões ambientais.

A gestão e otimização do consumo de energia é, não só uma forma de contribuir para o turismo sustentável e para o ambiente, como é ainda uma estratégia de diminuição de custos dos estabelecimentos hoteleiros.

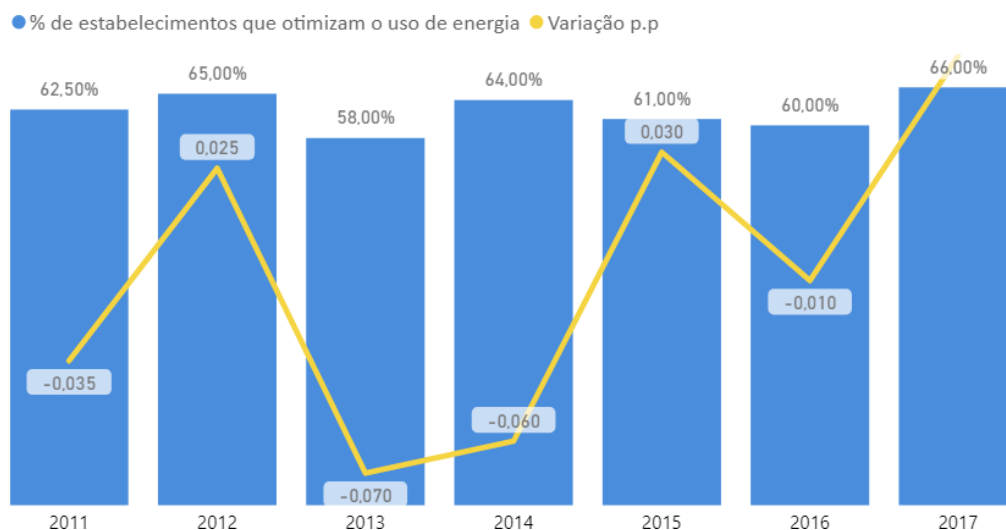


Figura 12: Percentagem de Estabelecimentos que Otimizam o Consumo de Energia em Lisboa

Fonte: Elaboração própria com dados de Turismo de Portugal, "Relatório de Sustentabilidade, 2017"

A meta anteriormente apresentada para a sustentabilidade é de um **valor superior a 90%** de estabelecimentos hoteleiros que otimizam o consumo de energia.

Lisboa apresentava, em 2017, apenas 66% dos estabelecimentos nestas condições. Nos últimos anos, o crescimento anual deste indicador apresentou uma taxa média de aproximadamente 1%. Assumindo que esta taxa permanece igual no futuro, Lisboa demorará 31 anos para atingir a meta.

Por comparação, a cidade de Vancouver, desenhou um plano que pretende, num menor espaço de tempo, "assegurar que a indústria do turismo cresça de uma forma que seja económica, social e ambientalmente sustentável e, portanto, sendo capazes de satisfazer as necessidades futuras dos residentes, visitantes, investidores e outras partes interessadas". Neste contexto, a cidade de Vancouver pretende tornar-se um destino turístico líder mundial de sustentabilidade e, antes de 2050, ter 100% do setor turístico movido a energia renovável, (Conselho Mundial de Viagens e Turismo e JLL 2019)

4.2.3 Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz a separação de resíduos

O aumento do número de turista acarreta um aumento da produção de resíduos, e, como tal, a separação dos mesmos é de extrema importância.

O presente indicador permite avaliar a evolução da quota de estabelecimentos hoteleiros que aplica políticas de separação de diferentes tipos de resíduos.

Dos benefícios provenientes da separação de resíduos, destacam-se três relevantes:

- **Poupança de água e energia** – A separação de resíduos faz com que exista uma menor necessidade de matérias-primas para o fabrico de novos produtos, o que resulta na redução do consumo de água e energia. Produzir materiais a partir de resíduos consome menos água e energia do que quando a produção é feita a partir de matérias-primas extraídas das respetivas fontes. O aproveitamento e transformação de resíduos em novas matérias-primas têm consumos e custos muito inferiores ao processo de extração, transporte e tratamento necessário para a utilização de outras matérias-primas.

- **Poupança de matérias-primas** – Diminui a quantidade de matérias-primas que são extraídas, como por exemplo madeira, minérios e petróleo. Desta forma contribui-se para a preservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, a redução dos impactos ambientais.
Por exemplo, a reciclagem de plástico contribui para a diminuição do consumo de petróleo e possibilita a produção de produtos como, sacos, embalagens, vasos, cabides, solas de sapatos, entre muitos outros. A valorização e reciclagem de embalagens e produtos de metal, permite poupar os minérios e, permite o fabrico de produtos como, bicicletas, bicos de fogão, diversas peças para automóveis, entre outros. Já o uso de pasta de papel reciclada e a reciclagem de produtos de madeira evita o abate de árvores e, torna possível obter produtos como: blocos de papel, papel de cozinha e higiénico, cartão reciclado e muitos outros.

- **Redução da quantidade de resíduos que vai para os aterros** - Muitos dos resíduos que produzimos podem e devem ser valorizados e reutilizados. A separação dos resíduos vai facilitar a identificação destes resíduos e, assim, diminuir a quantidade que é dirigida para os aterros sanitários. Esta diminuição é importante, uma vez que, a acumulação de resíduos em aterros está associada à formação de metano e de águas lixivantes.
Relativamente ao metano, este hidrocarboneto é conhecido pela sua elevada capacidade energética e, por essa razão pode e deve ser utilizado na produção de eletricidade. No entanto, é o segundo gás com maior potencial de agravamento do aquecimento global, sendo de extrema importância o seu bom aproveitamento.
Relativamente a águas lixivantes, estas surgem quando as águas da chuva caem sobre os resíduos nos aterros, podendo de seguida, infiltrar-se nos solos e cursos de água, se não forem devidamente tratadas.

Relativamente a este indicador, em Lisboa, a percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz a separação de resíduos, encontra-se igualmente abaixo da meta de sustentabilidade de 90%, mais especificamente, 26p.p abaixo.

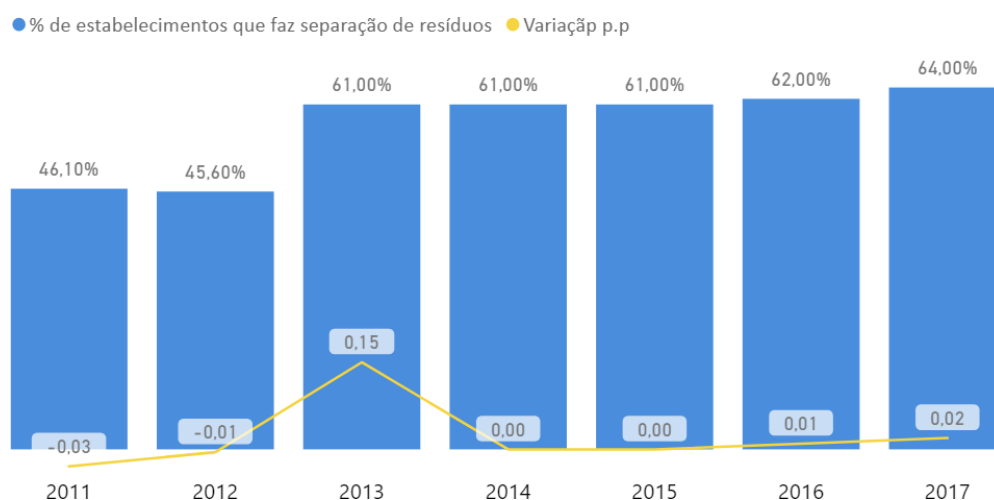


Figura 13 - Percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz separação de resíduos
Fonte: Elaboração própria com dados de Turismo de Portugal, “Relatório de Sustentabilidade, 2017”

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a percentagem de estabelecimentos hoteleiros que faz a separação de resíduos apresentou, entre 2011 e 2017, uma taxa média de crescimento anual de 5,4%. Mantendo-se este valor nos anos futuros, em 2024, conseguiríamos atingir o valor de sustentabilidade.

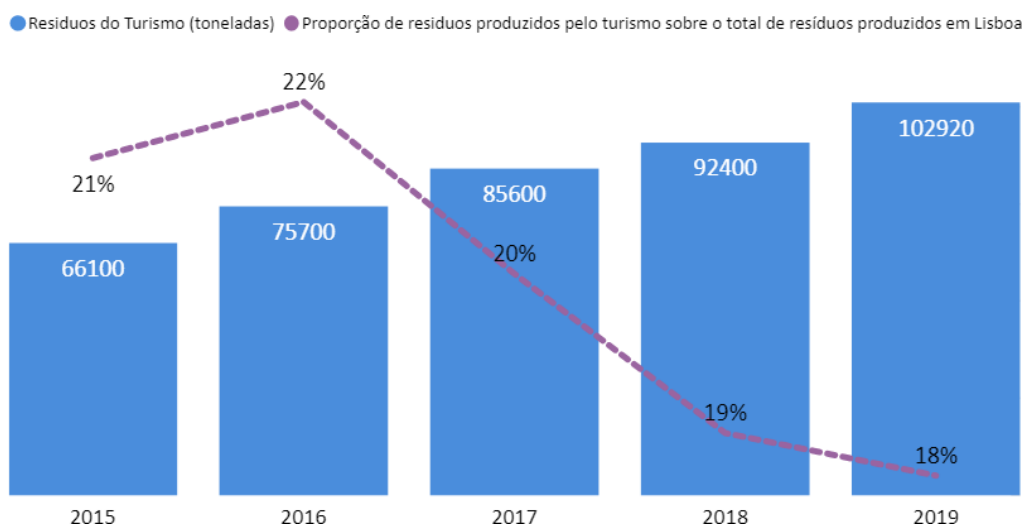


Figura 14 - Quantidade, em toneladas, de resíduos produzidos pelo turismo
Fonte: Elaboração própria com dados de Pordata (2019a), INE (2019a) e TravelBI (2020a)

Atualmente, o sector turístico é responsável por 18% da produção de resíduos urbanos em Lisboa, existindo um aumento de toneladas anuais de resíduos ligadas a esta atividade. No entanto, existe um aumento maior de toneladas anuais de resíduos que não estão relacionados com a atividade turística. Este aumento de produção de resíduos urbanos traz consequências a nível de gestão e financeiro, uma vez que, é necessário garantir a recolha e tratamento destas toneladas a somar às quantidades produzidas pelos residentes de Lisboa.

O processo de tratamento de resíduos pode ser dividido em duas etapas, a decomposição e a destruição. Ambas as etapas apresentam custos distintos, dos quais é possível identificar a parcela de custo fixo, que é um valor anual, uma parcela variável que depende da quantidade de toneladas a ser tratada e a TGR, uma taxa variável de acordo com a quantidade de toneladas processadas. Esta última tarifa é cobrada na fatura da água.

Assim, relativamente à etapa de decomposição de resíduos, apenas tem uma tarifa variável de 23,76 €/t e uma TGR de 11,37€/t.

Em relação à etapa de destruição de resíduos, esta apresenta um custo fixo de 49 650,95 €/ano, uma tarifa variável de 134,12 €/t e uma TGR de 11,37 €/t. Assim sendo, no final do processo de tratamento de resíduos temos um custo fixo total de 49 650,95 €/ano, um custo em tarifa variável de 157,88 €/t e uma TGR de 22,74 €/t.

Tendo em conta os custos de decomposição e destruição de resíduos apresentados, juntamente com as toneladas produzidas no turismo, é possível calcular os custos anuais gastos no tratamento destes resíduos.

De acordo com a informação exposta, podemos estimar os custos para o tratamento de resíduos, em 2019 na cidade de Lisboa, em 18639061,35 euros gastos.

4.2.4 Emissões de CO2 associadas à atividade turística

A medição deste indicador permite avaliar as emissões provenientes de energia de empresas e atividades ligadas ao turismo. Este indicador provém das emissões medidas nas seguintes atividades:

- Atividades de aluguer (meios de transporte);
- Agências de viagens;
- Operadores turísticos;
- Outros serviços de viagens;
- Alojamento;

- Restauração e similares.

Um aspeto importante relacionado com as empresas e a emissão de CO₂ é preço do carbono. O preço do carbono é um custo aplicado aos emissores destes gases como forma de os encorajar a diminuir as quantidades que emitem para a atmosfera. Tem, também, a finalidade de ser posteriormente investido em formas de diminuir os efeitos provocados por estes gases nocivos.

O preço do carbono é considerado a medida mais eficaz na redução de emissões de CO₂. Presente no *“Report of the High-Level Commission on Carbon Prices”*, que tem como finalidade definir políticas para regular o clima, é possível identificar que, em 2020, o preço do carbono é de 33 euros e 85 cêntimos tCO₂e (tonne of carbon dioxide-equivalent) e, que a previsão é que este custo atinja valores entre 56,42€ - 112,83€, até 2030.



Figura 15 - Emissões de t CO₂e por ano no sector turístico

Fonte: Elaboração própria com dados de Turismo de Portugal (2018), The London School of Economics and Political Science (2018).

Com os dados da figura 15 podemos concluir que, se a emissão de CO₂ mantiver a mesma taxa média de crescimento dos últimos 8 anos, os custos em Lisboa, em 2030, irão aumentar para rondar entre os 67,22 M€ e os 134.43 M€.

4.3 Indicadores Político-económicos do Turismo

4.3.1 Número de dormidas e Taxa de ocupação hoteleira

O número de dormidas e taxa de ocupação hoteleira, que inclui hotéis (de uma a cinco estrelas), hotéis-apartamentos, aldeamentos turísticos e pousadas, é um indicador de dimensão física da procura de serviços turísticos por parte dos turistas e tem influência direta com as receitas provenientes da atividade turística.

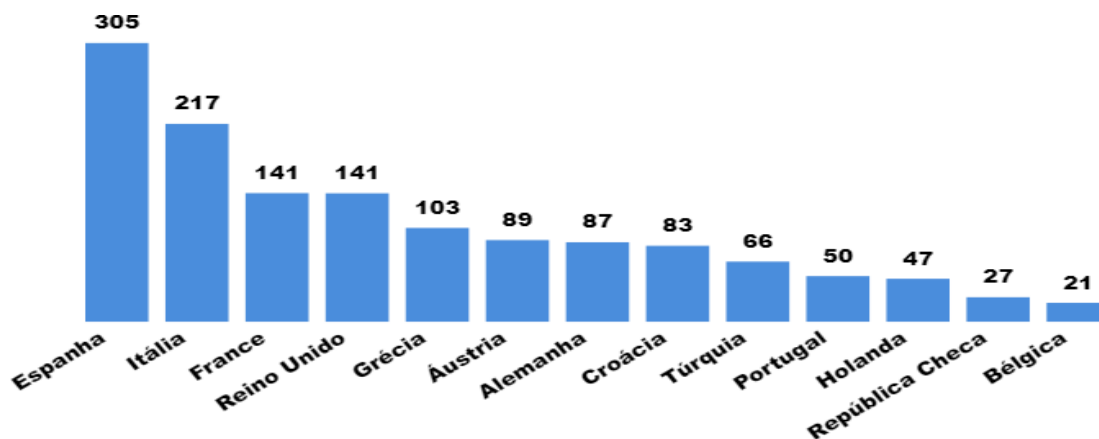


Figura 16 - Milhões de dormidas no país

Fonte: Elaboração própria com dados de Travelbi (2020b)

A nível nacional, Portugal apresentou em 2019, 50 milhões de dormidas. Sendo o décimo país europeu com mais dormidas, apresentando seis vezes menos dormidas que Espanha, o país com mais dormidas da Europa.

Relativamente á posição na União Europeia, as dormidas em Portugal representam 4% do total dos 27 países.

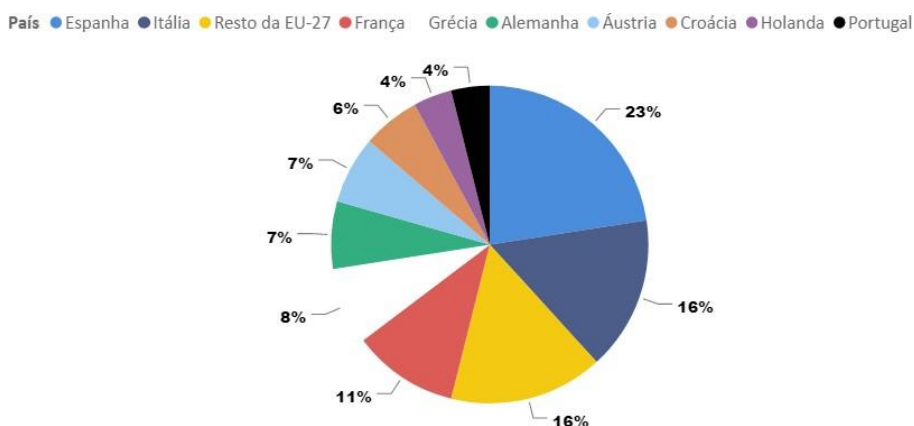


Figura 17 - Percentagem de dormidas por país na totalidade do EU-27

Fonte: Elaboração própria com dados de Travelbi (2020b)

As 50 milhões de dormidas em Portugal encontra-se abaixo do valor de referência de 80 milhões para o turismo sustentável. A média de crescimento de dormidas entre 2015 e 2019 é de 7,5%, mantendo-se esta média, serão necessários cerca de 7 anos para atingir a meta.

Estas 50 milhões de dormidas são feitas em diferentes tipos de estabelecimentos hoteleiros.

Tipologias	2015	2016	2017	2018	2019
Hotéis	58,5%	59,4%	61,8%	61,1 %	61,2%
5*	54,5%	54,8%	55,0%	53,0%	52,5%
4*	59,1%	60,4%	65,0%	64,0%	65,0%
3*	62,8%	62,5%	63,0%	65,9%	65,3%
2*	58,9%	62,8%	63,5%	63,1%	61,9%
1*	56,7%	51,7%	42,0%	43,3%	37,6%
Hotéis-Apartamentos	45,9%	49,8%	55,2%	53,2%	55,3%
Pousadas	56,3%	58,0%	59,2%	59,3%	59,7%
Aldeamentos Turísticos	22,2%	23,4%	23,3%	25,2%	27,3%
Apartamentos Turísticos	39,5%	52,7%	13,1%	15,0%	32,7%

Quadro 7: Percentagem de dormidas por tipologia hoteleira
Fonte: INE(2019a) e Pordata (2020)

Analisando os dados apresentados é possível destacar que, em 2019, apesar de não existir uma discrepância acentuada entre a escolha de hotéis 4 e 3 estrelas, o maior número, de aproximadamente 33 milhões de dormidas foram feitas em hotéis de 3 estrelas. Por oposição, o menor número de dormidas ocorreu em aldeamentos turísticos, cerca de 14 milhões de dormidas. Relativamente às variações ao longo dos anos, as mesmas são mais notórias em relação a dormidas em apartamentos turísticos entre o ano 2018 e 2019, verificando-se um crescimento de aproximadamente 18 p.p.

No ano de 2020, devido à pandemia Covid-19, as dormidas em Portugal sofreram, de Janeiro a Agosto, um decréscimo de 62,5% em Portugal Continental e, em Lisboa, de 68,6%, atingindo os valores mais baixos desde que existem registos.

4.3.2 Taxa de sazonalidade

Este indicador, medido através do número de dormidas nos diferentes tipos de alojamentos, permite avaliar o peso relativo da procura turista nos meses de Julho, Agosto e Setembro, relativamente ao total anual.

A taxa de sazonalidade é um indicador bastante relevante para a cidade de Lisboa pois, embora apresente um clima ameno durante todo o ano, a sazonalidade do turismo está muito presente, sendo notória a concentração de turistas nos meses de verão. Esta concentração pode ter impacto na sustentabilidade do destino, uma vez que, a capacidade das empresas de obter lucros, de oferecer e manter postos de trabalho reduz significativamente nos restantes meses do ano. A pressão exercida sobre os recursos do destino e sobre a comunidade residente é feita em grande número, devido à quantidade de turistas que Lisboa recebe e, concentrada num curto espaço de tempo, três meses do ano, causando fragilidades ao destino.

Por estas razões é que a dependência dos destinos relativamente à sazonalidade foi um dos tópicos abordados nas reuniões de 2016 para definição de estratégias de turismo para as cidades, e destas se

definiu o valor de referência, de acordo com o qual a taxa de sazonalidade para Lisboa deve ser inferior a 21%, de forma a garantir um desenvolvimento sustentável do turismo.

No entanto, Lisboa, tal como é possível verificar no quadro 8, encontra-se 9,9 p.p acima do objetivo de sustentabilidade, com um valor de 30,9% de taxa de sazonalidade.

Ano	Taxa de sazonalidade
2015	32,90%
2016	33,00%
2017	31,60%
2018	31,30%
2019	30,90%

Quadro 8: Taxa de Sazonalidade em Lisboa
Fonte: INE (2019a) e Turismo de Portugal (2018).

Taxa de sazonalidade do turismo = (Procura, por parte dos turistas, de alojamentos turísticos nos meses de Julho, Agosto e Setembro / Procura total anual) * 100

Para tentar dar resposta às massas turísticas e às consequências negativas da sazonalidade, a cidade de Auckland foca-se em dois aspetos que considera chave, “Conectividade e dispersão”. A intenção é atenuar a chegada ao mesmo local de um número excessivo de turistas, através da melhoria da conectividade entre todos os pontos turísticos da cidade e arredores, com uma rede de transportes mais eficaz. Relativamente à sazonalidade, o governo criou um calendário novo, de eventos distribuídos por todo o ano, tentando colocar os mais atrativos em períodos de baixa sazonalidade turística na cidade, (Conselho Mundial de Viagens e Turismo e JLL, 2019)

4.3.3 Número de Alojamento Local

É considerado um alojamento local todo o estabelecimento que presta serviço de alojamento de curta duração a turistas e, que não apresenta os requisitos necessários para ser considerado empreendimento turístico.

O crescimento do número de alojamentos locais em Lisboa, apesar de certos benefícios económicos que acarreta é considerado por muitos, nomeadamente pelos residentes, um aspeto negativo do turismo, pois:

- Provoca uma diminuição do número de habitações disponíveis para residência permanente da população;

- Aumento da poluição sonora e outras perturbações sentidas pelos residentes que partilham o mesmo edifício com um alojamento local;
- Aumento da insegurança sentida pelos residentes que partilham o mesmo edifício com um alojamento local;
- Perda de traços característicos (arquitetura, cultura, gastronomia, etc.) da cidade;
- Aumento dos preços de aquisição de imóveis, e dos
- Aumento dos preços de arrendamento de imóveis.

Em 2019, atingiu-se o maior número de alojamentos locais registados na Área Metropolitana de Lisboa, 27 mil alojamentos locais. 70% destes, ou seja, 19 mil alojamentos localizam-se no concelho de Lisboa.

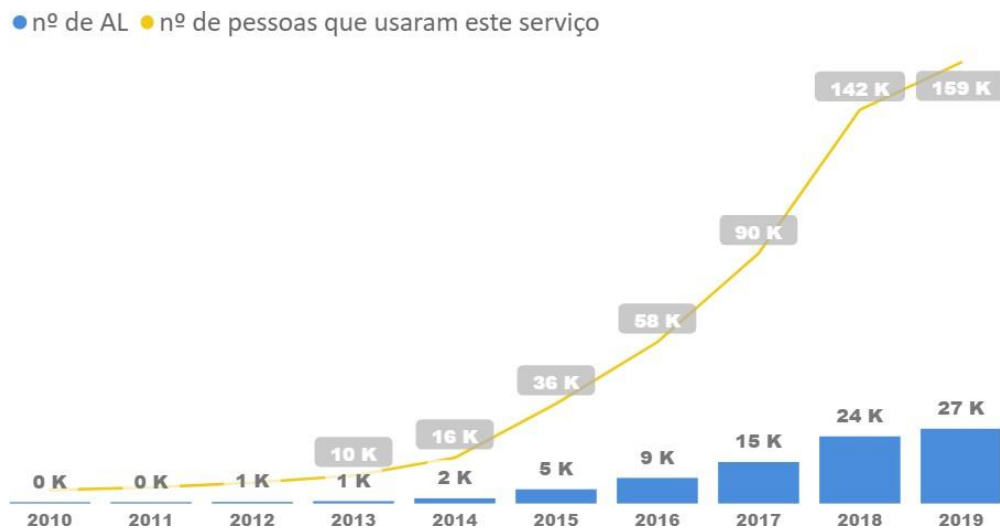


Figura 18 - Número de Alojamentos Locais e de usuários destes estabelecimentos, anual
Fonte: Elaboração própria com dados de INE(2019a), Pordata (2020) e Turismo de Portugal (2020)



Figura 19 - Imagem ilustrativa dos Alojamentos Locais na Área Metropolitana de Lisboa

Fonte: Imagem retirada do Booking.pt

De forma a reduzir os impactos que tem o arrendamento de curta duração nas cidades e nos residentes, a cidade de Los Angeles, EUA, criou legislação neste ponto. A partir do dia 1 de Junho de 2019, a população apenas pôde passar a arrendar a sua habitação primária por 120 noites por ano, (Conselho Mundial de Viagens e Turismo e JLL, 2019)

4.3.4 Preços de imóveis, arrendamento e gentrificação

É notório que o mercado do imobiliário tem vindo a apresentar, ano após ano, um aumento significativo dos preços. Esta subida de preços dos imóveis, e a conseqüente gentrificação, está intimamente ligada ao sector turístico.

O crescimento turístico, ao longo dos anos, na cidade de Lisboa tem sido acompanhado por um aumento da procura de imóveis por parte de estrangeiros, instigando a subida de preços de aquisição de imóveis e de arrendamento. Uma vez que, o poder de compra estrangeiro é superior ao nacional, os imóveis são vendidos a preços mais elevados, levando outros proprietários a colocar os seus imóveis à venda por preços cada vez mais altos. Este aumento da procura, incentiva também, os senhorios a aumentar o preço de arrendamento dos seus imóveis, levando os arrendatários a uma situação insustentável, ao ponto de terem de abandonar as casas e migrar para a periferia.

Em 2019 foram adquiridos, no concelho de Lisboa, 1630 imóveis por compradores estrangeiros particulares e, os investimentos feitos por estes compradores foram 45% superiores ao valor investido por compradores nacionais. Isto, representou um investimento de 744,3 milhões de euros feito por estrangeiros em imóveis da capital, correspondendo a uma quota de 35% da totalidade de investimentos imobiliários em Lisboa, (Idealista, 2020)

Os 5 países responsáveis por mais de metade (54%) do investimento internacional em imóveis lisboetas, são:

- China, 17%;
- França, 16%;
- Brasil, 10%;
- Reino Unido, 6%;
- Estado Unidos da América, 5%

Estes estrangeiros focam a maioria da sua procura e investimento imobiliário, 17% e 16% do montante internacional aplicado á habitação, nas freguesias de Santo António e Santa Maria Maior, respetivamente.

Na figura abaixo, apresenta-se o preço médio de venda de imóveis no concelho de Lisboa comparativamente á Área Metropolitana de Lisboa (AML). De 2015 para 2019 o preço de aquisição de um imóvel no concelho de Lisboa cresceu aproximadamente 130%.

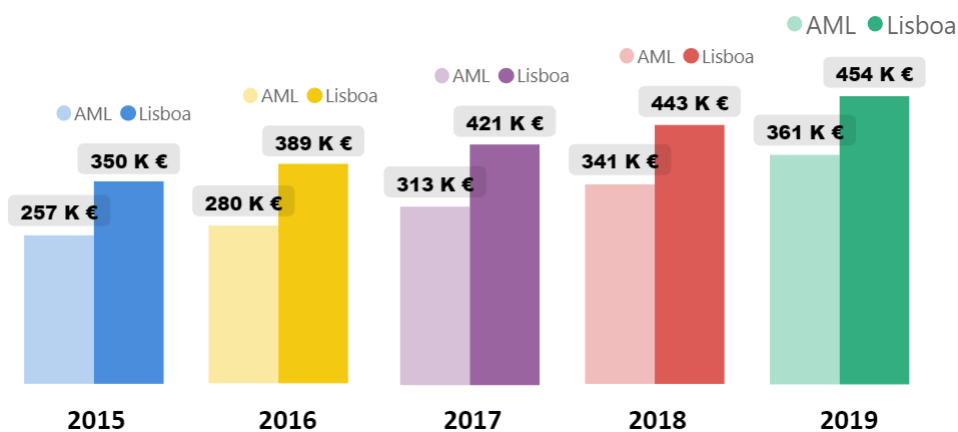


Figura 20 - Preço médio de venda de imóveis

Fonte: Elaboração própria com dados de Sapo (2020) e Plataforma GeoCi (2020)

No que diz respeito ao preço de arrendamento de imóveis, a imagem é idêntica, embora as rendas aplicadas na AML apresentem valores mais próximos das cobradas no concelho de Lisboa.

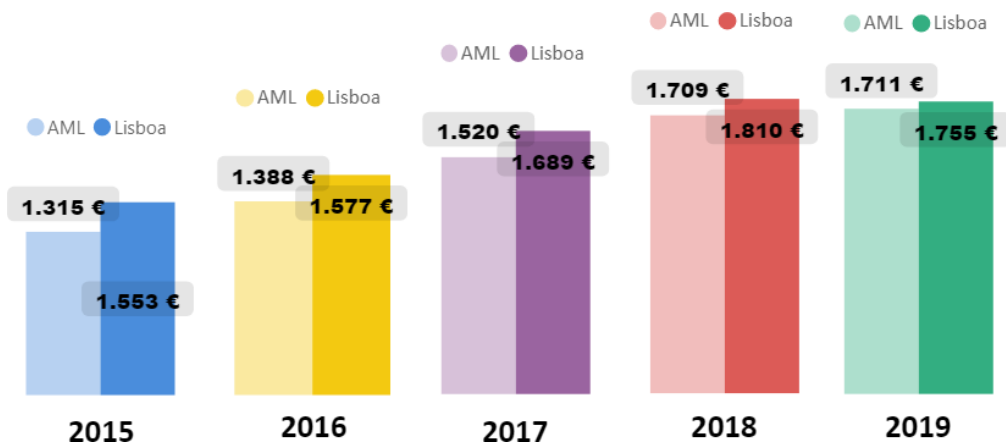


Figura 21 - Preço médio de arrendamento

Fonte: Elaboração própria com dados de Sapo (2020) e Plataforma GeoCi (2020)

As mesmas análises, para perceção do aumento generalizado dos preços de imobiliário pode ser feita ao metro quadrado:

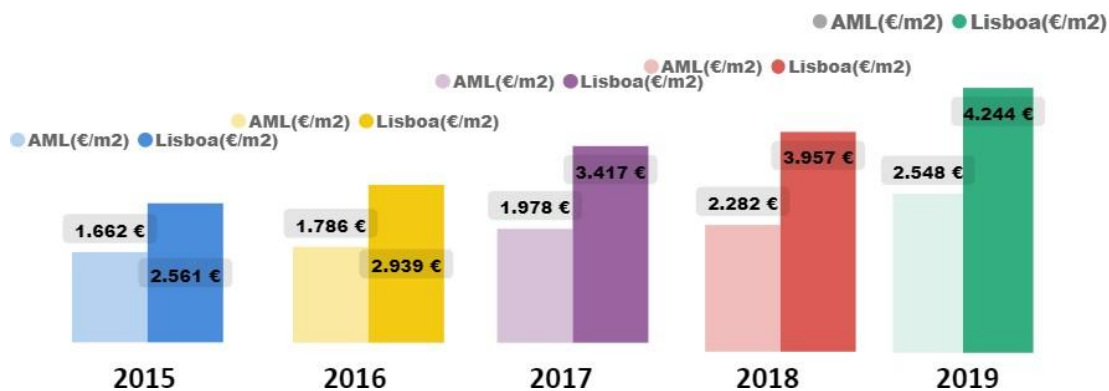


Figura 22 - Preço médio de m2 para venda de imóveis

Fonte: Elaboração própria com dados de Sapo (2020) e Plataforma GeoCi (2020)

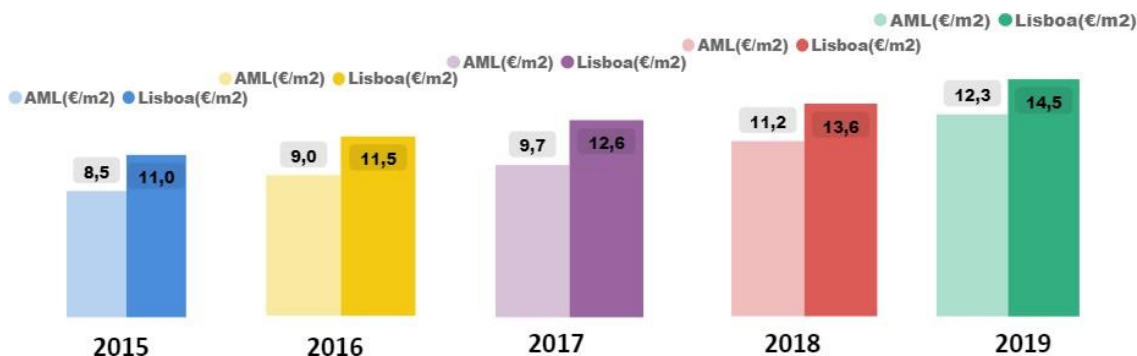


Figura 23 - Preço médio de m2 para arrendamento de imóveis

Fonte: Elaboração própria com dados de Sapo (2020) e Plataforma GeoCi (2020)

Com a gentrificação e oportunidade de realizar um bom negócio por parte de proprietários, o número de imóveis para venda e para arrendamento sofreu um aumento significativo nos últimos anos.

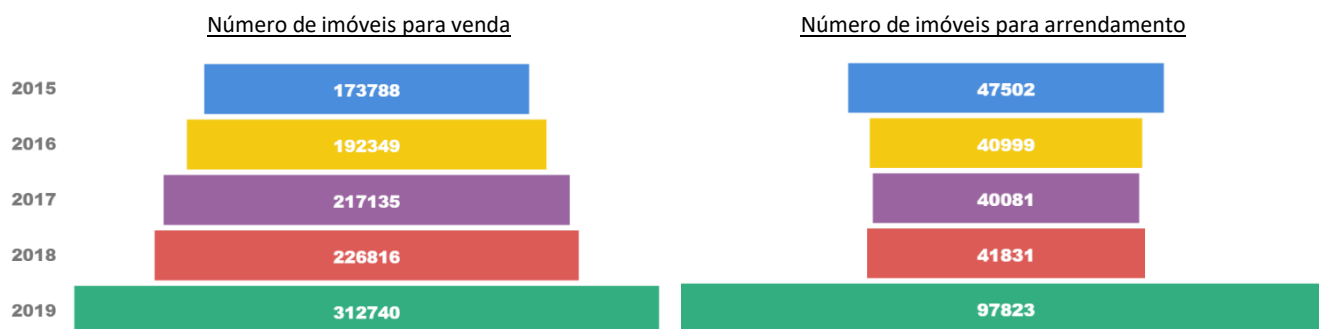


Figura 24 - Número de imóveis disponíveis para compra e arrendamento no concelho de Lisboa

Fonte: Elaboração própria com dados de Sapo (2020) e Plataforma GeoCi (2020)

4.3.5 Número de Tuk Tuks

Os Tuk Tuk, veículos motorizados de três rodas, repensados para assumir a finalidade de dar a conhecer as cidades aos turistas, são motivo de grande descontentamento da população e, também, de contribuição para o aumento da poluição criada pelo sector turístico.

A primeira empresa de Tuk Tuks surgiu, em Lisboa, no ano de 2012, com uma frota 40 veículos. Atualmente, existem 700 veículos registados no concelho de Lisboa, para mais de 1200 condutores autorizados.

Estes veículos possuem os mesmos motores de uma mota de baixa cilindrada, entre 125 cc e 300 cc de cilindrada, no entanto, conseguem transportar entre 2 e 7 passageiros, sendo um deles o condutor e guia turístico. Com a possibilidade de transportar mais passageiros que as motas, apesar de possuir um motor semelhante, faz com que estes triciclos emitam maiores quantidades de gases poluentes quanto mais passageiros transportam, podendo emitir tanto como se possuísse um motor de elevada cilindrada, 800 cc - >1000 cc. A figura 16 mostra um pequeno esquema da emissão de CO2 por parte dos tuk tuk, relativamente ao número de passageiros que os utilizam.

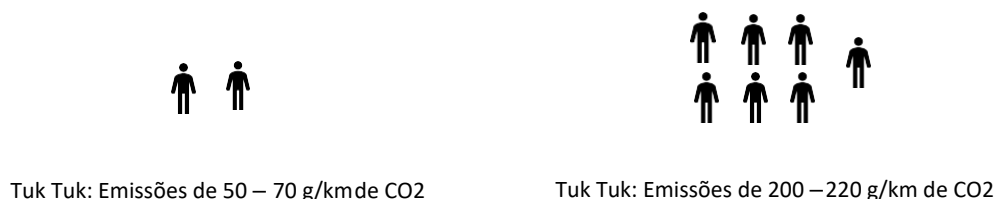


Figura 25 - Ocupação e emissão de CO2 por parte dos Tuk Tuk

Fonte: Elaboração própria com dados de Imposto sobre veículos (2020) e Controlauto

No caso de um tuk tuk levar a sua lotação máxima, emite, por km percorrido, o mesmo que um carro de cilindrada 2000 – 3000 cc, que são a maioria dos carros de marca BMW.

Comparativamente a um autocarro turístico, estes emitem 10 vezes mais g/km de CO2 que um Tuk Tuk, no entanto, transportam 9 vezes mais passageiros. Assim, em termos de proporção, é mais sustentável usar um autocarro turístico.

Com o aumento do número de Tuk Tuks na capital, começaram a surgir as queixas por parte de quem habita a cidade. Queixas estas, maioritariamente devido a questões como o estacionamento impróprio, o número considerado excessivo de Tuk Tuks existentes, o barulho que produzem, condução inadequada, congestionamento das ruas e a poluição que emitem.

Abaixo apresenta-se um breve levantamento de queixas feitas, no “Portal das Queixas” e na própria CML, por residentes relativamente aos Tuk Tuk, onde se evidencia as questões supramencionadas:

“A CML, que tem o dever de assegurar a segurança na mobilidade adequada à Cidade de Lisboa. A apresentação e quantidade destes veículos de transporte turístico, deve de ser da competência e regulado pela CML”;

“se não houver uma certa disciplina no número de veículos em circulação vai ser o caos para quem se quer deslocar em Lisboa.”;

“obstrução à normal circulação, sobre as condições estacionamento e sobre o ruído provocado pelos veículos e motores de explosão”;

“My most recent visits have been spoiled by the petrol powered tuk-tuks which run up and down the hill outside my apartment all day long making a tremendous amount of noise and all too often emitting blue polluting Smoke... At minimum petrol tuk-tuks should be banned and tuk-tuks should have stands to wait for fares and not cruise the streets like cowboys corralling cows.”

Devido a inúmeras queixas e reclamação semelhantes às acima apresentadas, em 2017, entrou em vigor o regulamento à circulação de Tuk Tuks. Destaca-se algumas das normas criadas, como tentativa de atenuar os efeitos negativos destes veículos:

- Horário de circulação: 9 horas- 21 horas;
- Proibição de passagem nas ruas de Alfama, Castelo e Bairro Alto;
- Definição de locais específicos de paragem, sendo proibido parar em qualquer outro local;

- Todos os Tuk Tuk autorizados a circular terão de ser elétricos.

Apesar da regularização da circulação de Tuk Tuks já existir, continuam a verificar-se muitos dos mesmos problemas.

Relativamente á última norma apresentada, norma essa imposta com o intuito de terminar com a poluição provocada por estes veículos, atualmente apenas 50% do Tuk Tuk que circulam pela cidade são elétricos. Sendo que um motor elétrico emite três vezes menos CO2 que os motores a gasolina ou gasóleo.

Entre 2017, ano da criação das normas apresentadas, e 2019 a média de autos aplicados a Tuk Tuk por incumprimento de locais de paragem é de 600 autos anuais.

4.3.6 Taxa turística

A taxa turística é uma taxa que é cobrada ao turista, e é aplicada por dormida (até um limite de 7 dormidas por estadia) e por hóspede. Desde 2016, que todas as pessoas singulares ou coletivas que possuam serviço de dormida são responsáveis e obrigadas a cobrar taxa turística:

- Estabelecimentos hoteleiros (hotéis, pousadas, hóteis-apartamentos);
- Aldeamentos turísticos;
- Apartamentos turísticos;
- Resorts;
- Empreendimentos de turismo de habitação;
- Empreendimentos de turismo no espaço rural;
- Alojamento local (moradia, apartamento, estabelecimentos de hospedagem, hostels, airbnb).

Esta taxa tem como objetivo arrecadar fundos com a finalidade de investir em projetos, estudos, equipamentos e infraestruturas que produzam impacto e promovam a qualidade do turismo sustentável em Lisboa, assim como, para cobrir custos provenientes de más consequências ligadas a esta atividade.

Apresenta-se, na figura 26, a taxa turística cobrada em Lisboa (2€ por turista por noite) comparativamente com a taxa cobrada em cidades consideradas semelhantes a nível de concentração turística.

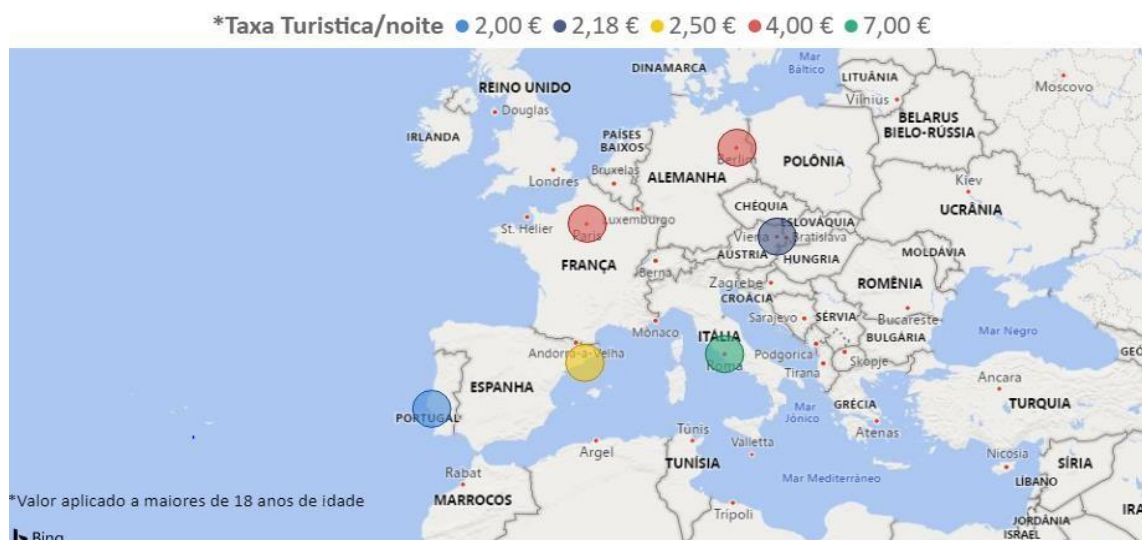


Figura 26 - Taxa turística por turista por noite

Fonte: Elaboração própria com dados de W360(2019) e Sapo (2018)

Considerando o número de turistas que visitaram Lisboa em 2019, 22587736 turistas que pernoitaram, e que o tempo médio de estadia na capital portuguesa é de 2,3 dias, podemos estimar que nesse ano, em taxa turística, Lisboa arrecadou cerca de 103903585 €.

Em 2020, entre Janeiro e Outubro, devido à pandemia Covid-19, Lisboa recebeu apenas 1809397 turistas, arrecadando, assim, 8323226 €, correspondendo a um redução de cerca de 92% dos lucros obtidos no ano anterior através desta taxa.

Em Barcelona, por exemplo, é cobrada uma taxa turística por noite e por turista, no valor de 2,50€. O governo decidiu que 50% dos lucros que advêm de cobrar esta taxa têm de ser investidos em projetos relacionados com o sector turístico. Por conseguinte criou um símbolo que deve ser colocado nestes projetos, para que os residentes e os visitantes possam identificar aqueles que foram financiados por esta taxa.

Em 2018, 9,6 milhões de euros foram investidos em projetos, tais como, renovação das zonas pedestres e melhoria de outras infraestruturas, assim como, no combate ao alojamento ilegal.

Também em Barcelona, de forma a conter os efeitos negativos daquilo que a cidade considera “excesso de turismo”, em 2017, foi criada uma lei que limita o número de camas disponíveis e proíbe a construção de novos hotéis em determinadas áreas da cidade, (Conselho Mundial de Viagens e Turismo e JLL, 2019)

5. CONCLUSÃO

Como anteriormente referido, esta dissertação tem por base o estudo das externalidades adjacentes ao turismo em Lisboa, nomeadamente as externalidades negativas.

Através da análise dos dados apresentados, é possível concluir que é preciso planejar, desenvolver novas medidas, e fazer ajustes e melhorar as estratégias atualmente implementadas para lidar com o turismo e o seu desenvolvimento. Isto é visível nos indicadores apresentados e no facto de os valores dos mesmos se encontrarem abaixo dos valores de referência para o turismo apresentados no início do capítulo 4, sendo necessário, em média aproximadamente 16 anos para atingir esses valores, assumindo que as taxas de crescimentos dos respetivos indicadores se mantêm constantes. No entanto, estes valores, devido à situação atual do vírus covid-19, estarão mais longe de ser atingidos, uma vez que o sector apresenta os resultados mais baixos, desde que há registos.

Em relação aos indicadores físico-ecológicos estudados nesta dissertação, apesar de no geral os valores apresentarem um ligeiro aumento ao longo dos anos, este não é significativo tendo em conta o crescimento exponencial de turistas que Lisboa tem vindo a receber. Nestas questões, por vezes, pequenos investimentos, fazem uma grande diferença a nível ambiental e de custos monetários. Por exemplo, para o indicador relativo à otimização do consumo de água por parte dos estabelecimentos hoteleiros, o valor podia ser aumentado com mudanças como, não trocar a água das piscinas dos hotéis e optar por submetê-las a tratamento, assim como, instalar equipamentos automáticos.

Relativamente aos indicadores político-económicos analisados, à semelhança dos físico-ecológicos, os valores ainda não estão no espectro da sustentabilidade do turismo. Esta atividade continua muito dependente dos três meses do ano de maior procura turística, trazendo diversos problemas para a economia, nomeadamente a diminuição de receitas e de empregos nos restantes meses do ano. No que diz respeito aos indicadores relacionados com o número de alojamentos locais e preços de imobiliário, estes são o que apresentam o crescimento mais acentuado no decorrer dos anos e, são também dos que mais afetam diretamente os residentes. O aumento do número de alojamentos locais resulta na diminuição do número de imóveis disponíveis para habitação permanente, no aumento de alojamentos ilegais e no aumento da perturbação causada aos residentes, por excesso de ruído e sentimento de insegurança. A diminuição de imóveis disponíveis a habitação permanente é uma das causas, em conjunto, com o aumento da procura de imóveis nacionais por parte de estrangeiros, para o aumento dos preços de aquisição e arrendamento de imóveis. Estes preços tem sido, atualmente, um dos temas mais discutidos, dado que, é cada vez mais difícil ter os meios financeiros necessários para adquirir uma habitação própria e, também, pela gentrificação que tem ocorrido e aumentado.

Contudo, e apesar, de as externalidades negativas apresentarem valores significativos na cidade de Lisboa, é possível, olhar para outras cidades que recebem números de turistas semelhantes e aprender

com as medidas que essas cidades têm vindo a aplicar de forma a melhorar os seus indicadores e atingir os valores de referência à sustentabilidade.

De forma global, as cidades e as economias mundiais procuram ter cada vez mais turistas e também, ser capazes de ser sustentáveis. O que pode parecer contraditório, pois, mais turistas supostamente, significaria maior consumo de recursos, maior produção de resíduos e emissões de CO₂. No entanto, o que várias cidades têm provado, e o que tem sido discutido nas conferências nacionais e internacionais de turismo, é que é possível equilibrar esta balança com a adoção de medidas corretas e desenhadas para tal.

Uma das medidas mais importantes, referida em vários estudos, alguns dos quais mencionados na revisão da literatura da presente dissertação, para atingir a sustentabilidade do turismo é a capacidade que as cidades têm de envolver os residentes nas decisões e no processo ligado ao sector turístico, visto que, os residentes são os mais afetados pelas vantagens e desvantagens desta atividade. Neste seguimento, podemos olhar para Paris, uma cidade cujo turismo em termos de visitantes e crescimento é muito semelhante a Lisboa. O governo parisiense incentiva regularmente a participação da comunidade residente, nas decisões estratégicas. A Estratégia de Turismo para 2022, elaborada por mais de 400 intervenientes do sector de Viagens & Turismo, e implementada pelo governo, passou pela criação do website "paris.fr". Este site, para além de dar à população de Paris conhecimento sobre medidas, eventos sociais, eventos políticos e muitas outras áreas, incita os residentes a participar em muitos aspetos da vida comunitária da cidade, como por exemplo, a adesão e envolvimento no planos para desenvolver espaços públicos.

Assim, Lisboa tem ainda um longo caminho a percorrer para aprender a lidar com as externalidade negativas do turismo e atingir a sustentabilidade, no entanto, apresenta um grande potencial neste setor.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abril-Sellarés, M., Azpelicueta, M. C., & Sánchez-Fernandez, M. D. (2015). *Turismo sostenible: "Lugareños frente a turistas. El caso de la ciudad de Barcelona."*

Alexis, Papathanassis. (2017). *Over-Tourism and Anti-Tourist Sentiment: An Exploratory Analysis and Discussion*. Ovidius. Volume 17.

Amuquandoh, F. E. (2009) *Residents perceptions of the environmental impacts of tourism in the Lake Bosomtwe Basin, Ghana*. Journal of Sustainable Tourism

Andreu, N.; Blázquez, M.; Mateu, J.; López, S.; Mas, L.; Morell, F. et al. (2003). *La mesura de la sostenibilitat del turisme a les Illes Balears*. Illes Balears: Centre d'Investigació i Tecnologies Turístiques de les Illes Balears (CITTIB).

Ap, J. (1992). *Residents' Perceptions on Tourism Impacts*. Annals of Tourism Research. Volume 19.

Ap, J. and Crompton, J.L. (1998), *Developing and testing a tourism impact scale*. Journal of Travel Research. Volume 37

Archer, B. (1995). *The impact of international tourism on the economy of Bermuda*. Journal of Travel

Archer, Brian e Cooper, Chris. *Os impactos positivos e negativos do turismo*. In: THEOBALD, William F. (org.). Turismo Global. 2ª Edição.

Ardahaey, F. (2011). *Economic impacts of tourism industry*. International Journal of Business and Management.

Associação de Hotelaria, Restauração e Similares em Portugal – AHRESP, Disponível em: <https://ahresp.com/turismo/dados-estatisticos-setor/> Visitado a: 02/08/2019

Brasil JR, Antonio C.P. (2002). *Fundamentos para o desenvolvimento sustentável*.

Brunt, Paul e Courtney, Paul 1999. *La percepción de los impactos socioculturales del turismo por la población residente*. Annals of Tourism Research. Volume 1.

Carneiro, M. J. & Eusébio, C. (2011). *Segmentation of the tourism market using the impact of tourism on quality of life*. Tourism & Management Studies

Carneiro, M.; Eusébio, C. (2015). *Host-tourist interaction and impact of tourism on residents' Quality of life*, *Tourism e Management*. Volume 11

Carneiro, M.J.; C., Eusébio, C. (2007) *Host perceptions of tourism impacts: analysis of urban destination of Portugal*.

Castaño, J. M. (2005). *Psicología social de los viajes y del turismo*.

CE – COMISSÃO EUROPEIA (2007). *Plano de ação para um turismo europeu mais sustentável: Relatório do grupo para a sustentabilidade do turismo*. Disponível em «http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/doc/tsg/tsg_final_report_pt.pdf», Retirado a 2 de Agosto de 2019

CE - COMISSÃO EUROPEIA (2002). *Defining, measuring and evaluating carrying capacity in European tourism destination*. University of the Aegean, Greece.

CE - COMISSÃO EUROPEIA (2010), Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das regiões – *Europa, primeiro destino turístico do mundo* - novo quadro político para o turismo europeu. Bruxelas.

Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). *Sustainability indicators for managing community tourism*. De: Tourism management

Cócola-Gant, A. (2015) *Tourism and commercial gentrification*.

Conselho Mundial de Viagens e Turismo e JLL (2019), "Destination 30"

Controlauto (2020). "Emissões de CO2: cilindrada e tubo de escape". Retirado a 12 de Setembro de 2020, de www.controlauto.pt

Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa, Editorial Verbo.

Cunha, L. (2007). *Introdução ao Turismo*. 3ª Edição.

De Kadt, E. (1979). *Tourism: Passport to Development?*. Social Perspectives

Dall Agnoll, Sandra (2012), *IMPACTOS DO TURISMO X COMUNIDADE LOCAL*. Anais do VII Seminário de Pesquisa em turismo do Mercosul

Díaz, R. & Gutiérrez, D. (2010). *La actitud del residente en el destino turístico de Tenerife: evaluación y tendència*. PASOS: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural

Doswell, R. (1997). *Tourism: How effective management makes the difference*, Heinemann Butterworth, TourismManagement. Boston, Oxford.

Doxey, G. (1975). *A Causation Theory of Visitor-Resident Irritants: Methodology and Research Inferences*. Proceedings of the Sixth Annual Conference of the Travel and Tourism Research Association.

Dumont, E. (2006), *Strategic Urban Governance*. Framework for the Sustainable Management of Cultural Tourism. Comissão Europeia.

Dumont, E., Ruelle, C. e Teller, J. (2005), *Pro-active management of the Impact of Cultural Tourism upon Urban Resources and Economies*. Comissão Europeia.

EC – EUROPEAN COMMUNITIES (2007). Panorama on tourism: 2007 edition. Eurostat Statistical Books. Luxembourg. Disponível em «http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-77-07-074/EN/KS-77-07-074-EN.PDF», Retirado a 24 de Julho de 2019

ESTRATÉGIA TURISMO 2027 – *Liderar O Turismo Do Futuro, Turismo de Portugal*.

Eusébio, C.; Carneiro, M. (2010). *A importância da percepção dos residentes dos impactes do turismo e da interação residente-visitante no desenvolvimento dos destinos turísticos*. 7º Workshop APDR - XXXVI Reunión de Estudios Regionales.

Eusébio, M. Celeste de A. (2006) “Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional: o caso da região central de Portugal” Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

FEM. (2019). *Travel and Tourism at a Tipping Point*. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2019 Disponível em: http://www3.weforum.org/docs/WEF_TTCR_2019.pdf. Visitado a: 24 de Julho de 2019

García-Hernández, M., Calle-Vaquero, M. e Yubero, C. (2017). *Cultural heritage and urban tourism: historic city centres under pressure*. Volume 9

Gonçalves, E. C. C. (2012). *Turismo de Massas em Portugal: Da Destradicionalização à Desestruturção*. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales. Volume 14.

Green destinations. (2017). Disponível em: <http://top100.greendestinations.org/> Visitado a: 24 de Julho de 2019.

Gravidão e Cunha (DATA), Cadernos de geografia, artigo 7 –“TURISMO, INVESTIMENTO E IMPACTO AMBIENTAL”. Retirado a 27 de Julho de 2019 de, www.uc.pt

Harcomb, (DATA). “THE ECONOMIC IMPACTS OF TOURISM” - Disponível em: <http://81.47.175.201/stodomingo/attachments/article/9/EconomicImpactsofTourism.pdf>

Horn, E. (1998). “Impacts of Tourism on Space and Place in Jonesborough”. University of Tennessee. Masters Theses.

Idealista (2020). “Estrangeiros compram casas em Portugal”. Retirado a 18 de Setembro de 2020, de www.idealista.pt

Imposto sobre veículos (2020). “Tabela de emissões de CO2 dos motores mais comuns”. Retirado a 12 de Setembro de 2020, de www.impostosbreveiculos.pt

INE (2011), Censos 2011 Resultados Definitivos - Região Lisboa

INE (2016). “Estatísticas do Turismo 2015”. Edição de 2016.

INE (2019a). “Estatística do Turismo 2018”. Edição de 2019

Ivanova, P. (2015). *An analysis of tourist visits to Bulgaria in terms of its carrying capacity*. Economic Archive. Volume 4

Ivars Baidal, J.A. (2001). *Planificación y gestión del desarrollo turístico sostenible: propuestas para la creación de un sistema de indicadores (Proyecto METASIG)*. Universidade de Alicante; Instituto Universitário de Geografia.

KRIPPENDORF, Jost (2001). “Sociologia do Turismo – para uma nova compreensão do lazer e das viagens”.

KRIPPENDORF, J. (1987). “The Holiday Markers” - Understanding the Impact of Leisure and Travel

Krippendorf, J. (1989). “Sociologia do Turismo”.

Liang, ZX. e Bao, JG. (2015). *Tourism gentrification in Shenzhen, China: causes and socio-spatial consequences*. Tourism Geographies, Volume 13

Maggi, E. e Fredella, F. (2010). "The carrying capacity of a tourist destination. The case of a thcoastal Italian city". 50 International Congress of European Regional Science Association (ERSA).

Mankiw, Gregory. (2004). "Principles of Economics". 3ª Edição.

Marcelo Sánchez-Oro Sánchez. (2017). "FORMAS DE ANÁLISIS DE LA RELACIÓN ENTRE ANFITRIONES Y TURISTAS". Edição Especial.

María Sánchez Cañizares; Julia M. Núñez Tabales; Fernando J. Fuentes García – "Local residents' attitudes towards the impact of tourism development in Cape Verde". Retirado a 25 de Junho de 2019 de, www.scielo.mec.pt

MEADOWS, D. (1998). "Indicators and information systems for sustainable development".

Mendes, L. (2014). "Gentrificação e políticas de reabilitação urbana em Portugal: uma análise crítica à luz da tese rent gap de Neil Smith". Volume 16.

Mendes, L. (2017). "*Gentrificação, Financiamento e Produção Capitalista do Espaço Urbano*". Volume 40.

Moniz, A.I. (2006). "A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores." Tese (Doutoramento em Ciências Económicas e Empresariais). Universidade dos Açores: Ponta Delgada.

Nações Unidas. (2005), "Mauritius declation: International meeting to review the implementation of the programme of action for the sustainable development of small Island developing states"

OMT. (2003a). "Turismo Internacional: uma perspectiva global". 2ª Edição

OMT. (2003b). "Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável".

OMT. (2014). "Global Benchmarking for City Tourism Measurement".

OMT. (2018). "Sustainable development". Retirado a 24 de Julho de 2019 de, www.unwto.org

Plataforma GeoCi (2020). Plataforma de difusão estatística da Confidencial Imobiliário. Retirado a 14 de Junho de 2020 de, www.geoci.confidencialimobiliario.com

PNUA/OMT. (2005). "Making tourism more sustainable. A guide for policy makers".

Pordata (2019a). “Resíduos urbanos: total e por tipo de operação de destino”. Retirado a 10 de Setembro de 2020, de www.pordata.pt

Pordata (2020). “Dormidas nos alojamentos turísticos: total e por tipo de estabelecimento”. Retirado a 22 de Setembro de 2020, de www.pordata.pt

Ramos, C., e Rodrigues, P. (2014). *Tourism demand modelling and forecasting: an overview*. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, 2:2, pp. 323-340.

Ross, Glenn F(2002). *Psicologia do Turismo*.

Sans, A. e Domínguez, A. (2016). *Unravelling Airbnb: Urban Perspectives from Barcelona*. Channel View Publications

Sapo (2018). “TAXA TURÍSTICA NA EUROPA”. Retirado a 1 de Novembro de 2020, de www.sapo.pt

Sapo (2020). “Barometro Nacional de Imobiliário”. Retirado a 5 de Agosto de 2020, de www.sapo.pt

Sistema de Segurança Interna. (2018). *Relatório Anual de Segurança Interna*.

Souza, C. A. M. (2009). *Turismo e desenvolvimento: Percepções e atitudes dos residentes da Serra da Estrela*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro – Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial.

Souza, G., & Filho, N. (2011). *Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha-PE*. Observatório de inovação do turismo. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.12660/oit.v6n4.5805>

The London School of Economics and Political Science (2018). “What is a carbon price and why do we need one?”. Retirado a 15 de Setembro de 2020, de www.lse.ac.uk

Theobald, William F. (2002). *Turismo Global*. 2ª Edição

TravelBI (2020a). “Turismo Internacional regista crescimento sustentado | 2019”. Retirado a 10 Setembro de 2020, de www.travelbi.pt

Travelbi (2020b). “Série Dormidas | 2019-2020”. Retirado a 22 de Setembro de 2020, de www.travelbi.pt

Turismo de Portugal (2016). Relatório, “Estratégia Turismo para 2027”, página 42-44.

Turismo de Portugal (2018). “Relatório de Sustentabilidade | 2017”. Retirado a 11 de Setembro de 2020, de www.turismodeportugal.pt

Turismo de Portugal (2020). “Relatório de Sustentabilidade | 2019”. Retirado a 2 de Novembro de 2020, de www.turismodeportugal.pt

W360 (2019). “Quanto se paga de taxa turística nos diferentes países europeus?”. Retirado a 1 de Novembro de 2020, de www.w360.pt

WTTC (2017) – “The economic impact of travel & tourism. World”. Retirado a 6 de Julho de 2019 de, www.wttc.org

Yunis, E. (2002). “Indicadores de turismo sostenible: el enfoque de la OMT”. Informe del Seminário Internacional Indicadores Ambientales de Turismo.

Zanini, S. (2017). “Tourism pressures and depopulation in Cannaregio. Effects of mass tourism on Venetian cultural heritage”. Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development. Volume 7